



1001232



00135.214565/2019-65



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
 Setor Comercial Sul, quadra 09, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A
 Brasília, DF. CEP 70308-200. - <http://www.mdh.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 00135.214565/2019-65

1. INTRODUÇÃO

1.1. O Presente Termo de Referência foi elaborado de acordo com a legislação brasileira concernente às contratações públicas, e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa SGD/ME Nº 1, de 4 de abril de 2019.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Registro de Preços para aquisição de Computadores, Impressoras Multifuncionais e Webcams.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

3.1. Trata-se da aquisição de bens de Tecnologia da Informação para:

- a) Fornecimento aos órgãos de Promoção de Igualdade Racial - PIR, por meio de assinatura do Termo de Doação, entre a União, por intermédio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e as prefeituras/municípios donatários;
- b) Equipagem dos Conselhos da Pessoa Idosa e Programa Viver - Envelhecimento Ativo e Saudável;
- c) Equipagem de Conselhos Tutelares, com vistas à consolidação da política nacional de direitos da criança e do adolescente por meio da integração de instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas;
- d) Equipagem de Conselhos da Pessoa com Deficiência, para implantação e Fortalecimento da Rede de Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência e promoção da efetivação dos Direitos da Pessoa com Deficiência e sua igualdade de oportunidades, por meio do fomento a sua autonomia independência e Segurança;
- e) Fomento à Implantação de Unidades Interligadas a Cartórios em Maternidades;

3.2. Bens que compõem a Solução

Item	Descrição	CATMAT	Quant. SNPIR	Quant. SNDCA	Quant. SNDPI	Quant. SNDPD	Quant. SNPG	Quantidade Total
1	Computador Desktop - Região Norte	BR0451703	95	120	350	42	45	652
2	Computador Desktop - Região Nordeste		75	500	650	74	80	1.379
3	Computador Desktop - Região Centro-Oeste		65	145	350	38	30	628
4	Computador Desktop - Região Sudeste		40	435	350	22	-	847
5	Computador Desktop - Região Sul		25	265	300	24	-	614
6	Impressora Multifuncional - Região Norte	BR0449629	22	72	85	21	45	245
7	Impressora Multifuncional - Região Nordeste		19	448	163	37	80	747
8	Impressora Multifuncional - Região Centro-Oeste		40	73	81	19	30	243
9	Impressora Multifuncional - Região Sudeste		11	324	113	11	-	459
10	Impressora Multifuncional - Região Sul		8	195	76	12	-	291
11	Webcam - Região Norte	BR0404652	-	-	426	21	-	447
12	Webcam - Região Nordeste		-	-	780	37	-	817
13	Webcam - Região Centro-Oeste		-	-	440	19	-	459
14	Webcam - Região Sudeste		-	-	512	11	-	523
15	Webcam - Região Sul		-	-	392	12	-	404

4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

4.1.1. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil. Sua atual estrutura tem origem nas antigas Secretarias Especiais da Presidência da República: a Secretaria de Direitos Humanos - SDH, Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e a Secretaria Nacional da Juventude - SNP.

4.2. Secretaria Nacional de Proteção Global - SNPG

4.2.1. Segundo os últimos dados disponibilizados pelo IBGE, 5,1% das crianças nascidas no Brasil no ano de 2017 deixaram de ser registradas e, portanto, não tiveram a emissão da Certidão de Nascimento durante seu primeiro ano de vida. Na Região Norte do país, por exemplo, o percentual de sub-registro de nascimento chegou a alcançar 12,5% naquele mesmo ano. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2017_v44_informativo.pdf

4.2.2. O registro de nascimento é condição primária para reconhecimento da cidadania e para acesso a direitos e políticas públicas. Não por acaso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabeleceram a meta de “até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento” - ODS 16.9. <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods16/>.

4.2.3. O MMFDH, por meio da Coordenação Geral de Promoção do Registro Civil de Nascimento – CGRCN adotou como principal estratégia para erradicação do sub-registro de nascimento o fomento à implantação de Unidades Interligadas (UI's), que conectam as maternidades do SUS diretamente aos Cartórios, possibilitando que as mães recebam a Certidão de Nascimento no próprio estabelecimento de saúde, antes de receberem alta hospitalar. Atuar para erradicação do sub-registro de nascimento é parte da missão institucional do ministério e, em especial, da Secretaria Nacional de Proteção Global, a quem compete, inclusive, coordenar o Comitê Gestor Nacional do *Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica*, instituído pelo Decreto nº 10.063, de 14 de abril de 2019.

4.2.4. As Unidades Interligadas estão previstas no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/16), o qual estabeleceu prazo de um ano para que elas fossem implantadas nos estabelecimentos de saúde. Contudo, se observa que o ritmo de implantação destas unidades tem sido demasiadamente lento. De acordo com o cadastro mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, órgão que regula a atuação dos Cartórios nas Unidades Interligadas (Provimento CNJ 16/2010), até outubro de 2019, apenas 581 hospitais/maternidades, haviam implantado as unidades, sendo que 44% deles estavam localizadas no Estado de São Paulo. O número do CNJ inclui hospitais privados, e não apenas os estabelecimentos do SUS. Vale ressaltar que, no ano de 2018, apenas no âmbito do SUS, 2.890 estabelecimentos de saúde realizaram partos, sendo que em 1.100 estabelecimentos o volume de partos foi superior a 350 nascimentos/ano.

4.2.5. O projeto de equipagem para a implantação de Unidades Interligadas foi formulado em 2019 e integrou o Guia de Emendas Parlamentares 2020, do MMFDH, com objetivo de ampliar os recursos para esta ação. No ano de 2019, considerando o pequeno orçamento disponível, bem como os prazos exíguos, a SNPG limitou-se a realizar uma ação piloto no Estado do Pará, voltada à implantação de cinco Unidades no âmbito de um Acordo de Cooperação com o governo do estado. Em 2020 pretende-se ampliar a escala do projeto, tendo como foco prioritário os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, nos quais observam-se índices mais elevados de sub-registro de nascimento.

4.2.6. Os equipamentos serão doados a estabelecimentos de saúde do SUS (ou aos entes mantenedores) que se disponham a implantar as Unidades Interligadas. O estabelecimento de saúde deve ceder uma sala para funcionamento da Unidade, que será operada em parceria com o Cartório da localidade. Os equipamentos são imprescindíveis para permitir a troca de dados entre a Unidade e a Sede do Cartório, bem como a digitalização, reprodução e impressão de documentos necessários, dentre os quais a própria Certidão de Nascimento, que será entregue à mãe antes que ela receba alta hospitalar. As doações dos equipamentos serão antecedidas por um processo de mobilização e articulação dos atores locais, realizado sempre que possível em parceria com os governos estaduais, e somente ocorrerão quando houver manifestação de interesse do estabelecimento.

4.3. **Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.**

4.3.1. A missão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH é desenvolver políticas públicas voltadas à promoção dos direitos humanos e, por isso mesmo, fundamentais, para assegurar a dignidade da pessoa humana em sua integralidade. A Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa tem o compromisso de efetivar o cumprimento de todos os Princípios Fundamentais, com destaque para os de proteção integral e prioridade absoluta, e dos Direitos Fundamentais inerentes à pessoa humana, tanto os preconizados na Constituição Federal de 1988, como os dispostos no Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. Relevante evidenciar o Art. 3º da supramencionada Lei, que estabelece: “É obrigação da família, comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”. Por essa razão, valorizar a pessoa idosa está além de compreender seus problemas e limitações, mas refere-se a um reconhecimento permanente da importância da sua participação ativa. O acesso às informações básicas sobre sua própria qualidade de vida, quando limitadas pela exclusão tecnológica, principalmente da pessoa idosa desprovida de uma renda mínima, representa um duplo desafio ao acentuar dramaticamente sua vulnerabilidade, quando a pessoa idosa desconhece as noções mais rudimentares de informática e está na chamada brecha digital, que vem a ser a distância entre os que detêm conhecimentos em tal área e os que não detêm. A inclusão da pessoa idosa na tecnologia digital é um instrumento libertador e emancipatório, que resulta na autonomia e na ampliação dos limites da convivência familiar e social.

4.3.2. O projeto busca proporcionar a esse seguimento um leque de opções de aprendizados e fomentar conhecimentos e avanços intelectuais, fora do seu ambiente cotidiano, minimizando a lacuna existente entre as pessoas idosas e a vida moderna, tendo em vista a importância que a informática e a internet assumiram no cotidiano da humanidade. A proposta do programa é ser referência no processo de otimização de oportunidades para inclusão digital e social assegurando a participação da pessoa idosa para elevar a qualidade de vida. Nesta perspectiva, sugerimos os seguintes campos de ação, que podem ser ampliados de acordo com a necessidade e peculiaridade de cada município

4.3.3. A Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994, dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dentre outras providências institui os Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa. O artigo 6º da referida Lei determina que “os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área”. Vale destacar que o Decreto 1.948 de 3 de julho de 1996, em seu artigo 2º atribui à então Secretaria Especial dos Direitos Humanos, atual MMFDH, a responsabilidade de “articular e apoiar a estruturação de rede nacional de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa”, na qual os Conselhos se colocam como espaço estratégico de articulação.

4.3.4. A Pesquisa de Informações Municipais de 2014, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, identificou a existência de 2.836 Conselhos Municipais do Idoso. Recentemente a SNDPI realizou uma pesquisa com parte deste universo de Conselhos buscando identificar suas principais necessidades de equipamentos que pudessem apoiar e melhorar o funcionamento dos mesmos. Com base nesta pesquisa, formulou-se a proposta de um Kit composto por: *computador, impressora, projetor, televisor e equipamento de sonorização*.

4.3.5. Consoante com seu papel institucional, a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – SNDPI/MMFDH desenvolve importante ação de apoio à estruturação destes Conselhos Municipais, provendo as estes “Kits de equipagem” que objetivam assegurar pelo menos uma infraestrutura mínima para o seu funcionamento. Ademais, os equipamentos doados aos Conselhos, juntamente com outras ações, como implementação do Cadastro Nacional dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, permitirão à SNDPI potencializar junto a estas instâncias ações de comunicação, capacitação e participação.

4.3.6. Também é uma missão do Ministério equipar ILPIs, (Instituições de Longa Permanência) tendo em vista o aumento do número de longevos e o aumento do agravamento da morbidade, sendo necessário cuidados específicos para a Pessoa Idosa. O objetivo é de manter a autonomia e fortalecer os laços familiares e comunitários do idoso, com vista a fomentar a participação social e assegurar a sua qualidade de vida.

4.4. **Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

4.4.1. De acordo com o Decreto nº 9.673, de janeiro de 2019, que aprova a estrutura regimental do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, entre as competências da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - SNDCA estão o fortalecimento e a qualificação da atuação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares e a coordenação de iniciativas voltadas para o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Desta forma, a SNDCA assumiu como meta, até o final do exercício de 2019, coincidindo com período do PPA 2016-2019, equipar 100% (cem por cento) dos Conselhos Tutelares – CTs, unidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes existentes em 5.570 (cinco mil, quinhentos e setenta) municípios do Brasil.

4.4.2. Este compromisso com os Conselhos Tutelares também está previsto no Programa Nacional de Direitos Humanos III – PNDH-3, Diretriz 8: Promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação, Objetivo estratégico II: Consolidar o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, com o fortalecimento do papel dos Conselhos dos Direitos e dos Conselhos Tutelares.

4.4.3. O Conselho Tutelar é órgão de natureza autônoma, não jurisdicional, composto exclusivamente por cidadãos de reconhecida idoneidade moral que tenham sido eleitos diretamente pela comunidade local e que assumam a tarefa de zelar pelo cumprimento dos direitos da população infanto-juvenil no nível municipal e distrital. Sua missão é acolher a população, acionando os órgãos competentes para a resolução de questões que digam respeito às suas competências legais, bem como aplicar medidas de proteção a crianças e adolescentes cujos direitos estejam ameaçados ou tenham sido violados. Além disso, é previsto na legislação que cada município e cada região administrativa do Distrito Federal tenha, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local.

4.4.4. Os Conselhos Tutelares foram instituídos a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, previstos em seus artigos 131 a 140. Cada cidade deve ter ao menos um Conselho Tutelar para cada 100.000 (cem mil) habitantes, de acordo com a Resolução n.º 139, de 15 de março de 2011, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

4.4.5. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009, apontou a presença de Conselhos em 5.472 (cinco mil, quatrocentos e setenta e duas mil) cidades no país. Ou seja, apenas 98 (noventa e oito) dos 5.570 (cinco mil, quinhentos e setenta) municípios brasileiros não possuem esse órgão, o que equivale a 1,76% (um por cento e setenta e seis centésimos) das cidades brasileiras.

4.4.6. Todavia, levantamentos recentes, como a pesquisa Conhecendo a Realidade, apontam dificuldades quanto à infraestrutura de trabalho, equipe de apoio administrativo e também em relação às suas atribuições e campos de ação. Aproximadamente metade dos Conselhos opera em ambientes inadequados para atendimento, sem linha fixa de telefone, sem computador e sem acesso à Internet. Ou seja, não possuem o mínimo de investimento para que este funcionamento propicie condições qualificadas no atendimento às demandas existentes.

4.4.7. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 261 e parágrafo único prevê que *"A União fica autorizada a repassar aos estados e municípios, os recursos referentes aos programas e atividades previstos nesta Lei, tão logo estejam criados os conselhos dos direitos da criança e do adolescente nos seus respectivos níveis"*.

4.4.8. O investimento do poder público na infraestrutura mínima para funcionamento dos Conselhos Tutelares se traduz na maior disponibilidade de equipamentos (mobiliário, computador com acesso à internet discada ou em banda larga, impressora, telefones fixo e celular, fax) e materiais (bibliografia, manuais de orientação, formulários de atendimentos e textos legais).

4.4.9. Para tanto, a SNDCA estabeleceu dentro do Programa de Fortalecimento de Conselhos as ações de equipagem dos Conselhos Tutelares, em que são doados aos municípios, para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares, os seguintes equipamentos: **Kit 1** (R\$ 120 mil reais): 1 (um) veículo, 5 (cinco) computadores, 1 (uma) impressora, 1 (um) refrigerador, 1 (um) bebedouro, 1(uma) cadeira de automóvel para transporte de crianças, 1(uma) TV Smart e 1 (um) Ar-condicionado portátil e **Kit 2** (R\$ 100 mil reais), são 10 (dez) conjuntos com os seguintes equipamentos: 1(uma) cadeira de automóvel para transporte de crianças, 1(uma) TV Smart e 1 (um) Ar-condicionado portátil.

4.4.10. Importante destacar que, com objetivo de elaborar um diagnóstico à respeito da situação atual da estrutura dos conselhos tutelares do país, dos equipamentos doados pelo governo federal, identificar se havia necessidade de inclusão de outros itens necessários no conjunto de equipagem atual e atualizar o cadastro dos conselhos tutelares, foi realizada uma pesquisa com os conselheiros tutelares no período entre 26/04 a 14/05/2018. Após análise dos resultados da pesquisa, que foi respondido por 68% do total do país, com objetivo de atender às necessidade apresentadas, foi criado então o **Kit 2**.

4.4.11. Ademais, esta aquisição justifica-se pela prioridade e pelos compromissos assumidos pela SNDCA/MMFDH, com o fortalecimento dos conselhos tutelares, com vistas à promoção dos direitos de crianças e adolescentes e apoio à estruturação e qualificação de conselhos tutelares.

4.4.12. Como não há previsão orçamentária para aquisição da totalidade do déficit (somente emendas parlamentares), foi efetuada uma estimativa de aquisição, levando em consideração o histórico da origem de recursos disponibilizados para aquisição dos conjuntos de equipagem, até a presente data.

4.4.13. Esta ação tem sido potencializada uma vez que a SNDCA tem envidado esforços junto aos deputados federais e senadores, levando aos parlamentares uma Cartilha com sugestões de emendas aos Projetos de Leis Orçamentárias dos últimos anos, com fins de equipagem dos Conselhos Tutelares.

4.4.14. Vale ressaltar ainda, que, é de fundamental importância o fornecimento destes computadores aos Conselhos Tutelares pois assegura o cumprimento dos requisitos da sua função, garantindo agilidade e qualidade do controle e do armazenamento de todos os registros de atendimentos e intervenções realizadas por este órgão por meio do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA, que se trata de um sistema oferecido por esta Secretaria.

4.5. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPIR.

4.5.1. Instituiu-se o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR pela Lei nº 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial. O Decreto nº 8.136/2013 aprovou o seu regulamento, passando este a receber as adesões dos Entes Federados a partir da Portaria nº 08/2014 SEPPIR.

4.5.2. O SINAPIR constitui forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades raciais existentes no País, prestado pelo Poder Executivo Federal, sendo um sistema integrado que visa a descentralizar e tornar efetivas as políticas públicas para o enfrentamento ao racismo e para a promoção da igualdade étnico-racial no País. Deve-se garantir que a igualdade étnico-racial seja contemplada na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, em todas as esferas de governo.

4.5.3. Na implementação desse sistema, um dos princípios é a descentralização, que se realiza na definição de competências e responsabilidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios, de modo a permitir que as políticas de igualdade étnico-racial atendam às necessidades da população. Nesse sentido são objetivos: descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais e articular planos, ações e mecanismos para promoção da igualdade étnico-racial.

4.5.4. No caso da União, representada pela Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SNPIR no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, compete coordenar o SINAPIR e atuar para a adoção de políticas de fomento para a

participação de Estados, Distrito Federal e Municípios no Sistema e apoiar estes Entes Federados na criação de órgãos de promoção da igualdade racial e na implementação das políticas de promoção da igualdade étnico-racial.

4.5.5. Para o financiamento do sistema, além do orçamento da SNPIR/MMFDH, conta-se com ações orçamentárias previstas na lei orçamentária anual direcionadas à promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo, como por exemplo, as Emendas Parlamentares.

4.5.6. Por meio desse instrumento, busca-se o fortalecimento institucional dos Entes Federados para a temática de promoção étnico-racial, em especial para a criação, fomento e desenvolvimento dos órgãos e conselhos de promoção da igualdade racial, definidos como pré-requisitos para o ingresso no SINAPIR.

4.5.7. Em muitos Entes Federados, o desenvolvimento destas políticas públicas carece de recursos materiais para a equipagem dos responsáveis pela articulação e seu acompanhamento junto aos demais órgãos públicos e, principalmente, para o atendimento ao público beneficiário em visitas ou em atendimentos locais das demandas.

4.5.8. A apresentação dos kits de equipagem aos Senhores e Senhoras Parlamentares coaduna com o compromisso institucional desta Secretaria Nacional, trabalhando-se o fomento e desenvolvimento das políticas públicas de promoção da igualdade étnico-racial pelo desenvolvimento dos órgãos e conselhos dessas políticas nos Estados, DF, e Municípios, seja pela sua criação ou seu fortalecimento institucional.

4.5.9. A partir do recurso destacado, por meio de emenda parlamentar, para o MMFDH, trabalha-se o processo de aquisição e entrega dos bens, obedecendo-se a todos os procedimentos legais previstos, como por exemplo, o processo licitatório, o registro de entrega dos bens em sistema de informática aplicado a essa finalidade, entre outros.

4.5.10. Com os equipamentos, o Ente Federado terá melhores condições de implementar as políticas de promoção da igualdade étnico-racial localmente, que poderão ser realizadas pelos órgãos específicos, ou mesmo, por outros órgãos atuantes na pauta de forma transversal, em especial das áreas de assistência social, saúde, educação, segurança pública e cultura.

4.5.11. Dessa forma, com o fortalecimento da pauta étnico-racial, a SNPIR colabora, em conjunto com os(as) Parlamentares, na descentralização e empoderamento dos agentes locais, promovendo o SINAPIR e fomentando a participação dos Entes Federados de forma institucional, como indicado na tabela abaixo com as adesões realizadas até o mês de outubro de 2019.

Ente Federado	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Estados e DF	3	3	4	4	3	3	20
Municípios	9	19	5	1	30	5	69
Total	12	22	9	5	33	8	89

Fonte: SNPIR/MMFDH

4.6. Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNDPD.

4.6.1. A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão específico e singular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, estruturada pelo Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.782, de 3 de maio de 2019, possui dentre suas competências estabelecidas no art. 30: IV - coordenar, orientar e acompanhar as medidas de promoção, garantia e defesa dos ditames da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo [Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009](#), mediante o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência; V - estimular a inclusão da proteção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência nas políticas públicas e nos programas governamentais, VII - articular-se com órgãos e entidades governamentais, com instituições não governamentais e com associações representativas de pessoas com deficiência, para a implementação de ações de promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência; e XVII - apoiar e estimular a formação, a atuação e a articulação da rede de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência.

4.6.2. Diante destas competências, a Secretaria visa o apoio e estímulo a formação, a atuação e a articulação da rede de Conselhos de Direitos com Deficiência com a doação de kits para equipar o conselho para realização de suas atividades. Os kits são compostos por 2 computadores; 1 *web cam*; 1 Televisor 55"; 1 caixa acústica com 1 microfone; 1 projetor de imagem portátil; 1 impressora multifuncional; 2 mesas em "L"; 10 cadeiras fixas; e 1 mesa de reunião, com vistas ao fortalecimento de Conselhos Estaduais e/ou Municipais.

4.6.3. O Plano Plurianual – PPA (2016-2019) prevê como uma de suas metas a consolidação da rede de Conselhos de Direitos das Pessoa com Deficiência relacionada ao objetivo de promover a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e a sua igualdade de oportunidades, por meio de sua autonomia, independência e segurança. Em continuidade a esta ação, o Plano Plurianual – PPA (2020-2023) deste Ministério prevê ações voltadas à implantação, à instalação e a modernização de espaços e equipamentos de Direitos Humanos que visam, dentre outras atividades, a estruturação de espaços com equipamentos permanentes para auxiliar ações de promoção e defesa dos Direitos Humanos e a garantia de suas atividades e acesso ao público.

4.6.4. Cabe destacar que os Conselhos de Direitos surgiram desde a Constituição Federal de 1988, fundamentados no âmbito da formulação, da deliberação, do monitoramento do controle social e avaliação das políticas públicas. Também no campo jurídico, há de se destacar a internalização no ordenamento brasileiro, com status constitucional, da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência por intermédio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 somando-se a outros instrumentos legais sobre o assunto, e em especial a Lei Brasileira de Inclusão instituída pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, os quais consolidam um marco legal com repercussão em diversos aspectos da sociedade.

4.6.5. A principal função do Conselho está em sua utilização no controle social. O controle social surgiu a partir da Constituição Federal de 1988 estabelecendo o controle, monitoramento e avaliação de políticas públicas, por meio de conselhos setoriais ou de defesa de direitos.

4.6.6. A Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 1º, parágrafo único que: *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*. Com isso, verifica-se a instituição da obrigatoriedade da regulamentação de políticas públicas a partir da criação de órgãos de controle social no governo, denominados Conselhos.

4.6.7. Os Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência possuem como atribuições: Propor e deliberar sobre ações que constarão nos planos e programas dos estados ou municípios, referentes à promoção e à defesa dos direitos da pessoa com deficiência; Zelar pela efetiva implantação/implementação da política para inclusão da pessoa com deficiência; Acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas públicas relativas à pessoa com deficiência; Acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária pertinente à consecução da política para inclusão da pessoa com deficiência; Propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência; Propor e incentivar a realização de campanhas, visando à promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência; Deliberar sobre o Plano Anual, estadual/municipal e do Distrito Federal de inclusão da pessoa com deficiência; Acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política estadual, municipal ou do Distrito Federal para inclusão da pessoa com deficiência; Monitorar a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, em seu âmbito de atuação, bem como da Lei 13.146/15 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A iniciativa para a criação ou reformulação de um conselho municipal, estadual ou distrital deve partir da sociedade civil, mas também do Poder Executivo que enviará projeto de lei nesse

sentido ao Poder Legislativo. Após aprovação do projeto de lei, este deverá ser encaminhado ao Executivo para sanção e publicação da lei, que será regulamentada por meio de decreto.

4.6.8. A regulamentação do Conselho ocorre mediante a elaboração de regimento interno, onde serão estabelecidas as regras para a participação dos conselhos nas comissões permanente, no plenário e nas representações do Conselho, prevendo inclusive sanções pelo não cumprimento das atribuições de cada representante.

4.6.9. A importância de realizar a doação destes kits encontra-se na necessidade de fornecer subsídios mínimos para a realização das atribuições destes Conselhos que são de suma importância para a pessoa com deficiência e para o controle social em suas três dimensões: (a) política: relacionada à mobilização da sociedade para influenciar a agenda governamental e indicar prioridades; (b) técnica: que diz respeito ao trabalho da sociedade para fiscalizar a gestão de recursos e a apreciação dos trabalhos governamentais, inclusive sobre o grau de efetividade desse trabalho na vida dos destinatários; e (c) ética: que trata da construção de novos valores e de novas referências, fundamentadas nos ideais de solidariedade, da soberania e da justiça social, vez que muitos destes espaços possui infraestrutura precária de trabalho.

4.6.10. Os Conselhos Estaduais e/ou Municipais de Direitos de Pessoas com Deficiência que serão apoiados com recursos desta Secretaria foram pré-definidos considerando o menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH por região, porém para melhor implementação da política de apoio e estímulo à formação, à atuação e à articulação da rede de Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência, será realizado chamamento público, considerando os seguintes critérios: apresentação de Lei ou Decreto instituindo o Conselho, regimento interno, ata da última reunião, bem como as respectivas listas de presenças e cadastro atualizado junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conade. Após preenchidos estes requisitos será formalizada a doação aos Conselhos, mediante Termo de Doação com Encargos entre a União, por intermédio do MMFDH e as prefeituras donatárias dos bens.

4.7. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
P2	Intensificar a educação em direitos humanos e a cultura de valorização da família, com foco na proteção e inclusão
P3	Promover a inovação dos serviços e processos com foco na simplificação e excelência
P5	Fortalecer os mecanismos de gestão, governança e comunicação do desenvolvimento de direitos humanos em âmbito nacional
P8	Assegurar a proteção da cultura de povos indígenas e comunidades tradicionais em consonância com os direitos humanos
P9	Aprimorar a regulação, a supervisão e a articulação das políticas dos direitos humanos

ALINHAMENTO AO PDTIC 2017-2019			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A21	Adquirir Computador e Notebook	M19	Adquirir Produtos
A25	Adquirir Equipamento de Impressão		
A27	Adquirir Periférico e Nobreak		

4.8. Estimativa da demanda

4.8.1. A demanda foi estimada pelas áreas requisitantes de acordo com suas necessidades, conforme quantitativo detalhado na planilha do item 3.2.

4.9. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

4.9.1. Melhoria das condições de prestação de serviços pelos órgãos de Promoção da Igualdade Racial - PIR, visando seu fortalecimento e o atingimento de seus objetivos com eficiência e eficácia;

4.9.2. Atualização tecnológica dos conselhos da Pessoa Idosa, e promoção da inclusão digital;

4.9.3. Atualização tecnológica dos conselhos da Pessoa com Deficiência, e promoção da inclusão digital;

4.9.4. Modernização tecnológica de unidades interligadas a cartórios em maternidades;

4.9.5. Estruturação tecnológica dos Conselhos Tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco nas áreas de maior vulnerabilidade.

5. JUSTIFICATIVA PARA A UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O Sistema de Registro de Preços - SRP permitirá ao órgão o planejamento de suas aquisições ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, em conformidade com as suas necessidades e de forma parcelada.

5.2. Os benefícios do Registro de Preço com a participação dos diversos órgãos de promoção de direitos humanos se reflete em economia de escala (a ser obtida em razão do grande quantitativo licitado); transparência (por envolver vários órgãos, todos os seus procedimentos são monitorados por todos os agentes envolvidos e devem ser publicados para que todos tenham conhecimento); agilidade nas aquisições e redução do número de licitações (um único processo ajustando as condições de fornecimento, os preços e os respectivos fornecedores, para todos os órgãos da administração estadual) e, finalmente, suprir as dificuldades decorrentes da falta de previsibilidade do consumo, considerando os recursos advindos de Emendas Parlamentares (por não haver condições de identificar a demanda).

5.3. Conforme Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, o Sistema de Registro de preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. (grifamos)

5.4. Tem-se, em relação ao objeto do deste certame, que:

- a) Existe a necessidade de contratações frequentes, haja vista a implantação, modernização e atualização tecnológica de conselhos e órgãos de direitos humanos vinculados às competências institucionais deste Ministério (Art. 3º, I);
- b) As entregas são parceladas, visto que, em alguns casos, os recursos orçamentários são oriundos de emendas parlamentares, cujo processo de indicação não está sob o controle do Ministério (Art. 3º, II);
- c) A contratação visa atender programas de governo sob a responsabilidade deste Ministério, executados pelas respectivas áreas finalísticas (Art. 3º, III);
- d) Não é possível definir previamente o quantitativo a ser contratado, haja vista as tratativas que são realizadas pelo Ministério com municípios e órgãos de direitos humanos, as quais resultam ou não na possibilidade de doação de bens. Adicionalmente, é importante citar a utilização de emendas parlamentares, que também passam por negociação, além de indicação discricionária pelos parlamentares. Com isso, e considerando a inviabilidade de estipulação de um cronograma rígido, fica também justificada a utilização do SRP (Art. 3º, IV).

5.5. Será permitida a adesão de órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços, considerando que os objetos ora licitados são de uso comum e corriqueiro na Administração Pública. Desse modo, o benefício da competitividade para o órgão gerenciador, bem como para os participantes e não participantes, implica na redução do preço unitário dos objetos da compra, implicando assim na economicidade para a Administração Pública

5.6. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços entre a União, por intermédio do MMFDH e o licitante vencedor, passarão a denominar-se: Órgão Gerenciador e Fornecedor Registrado, respectivamente.

5.7. Quando da necessidade de aquisição (ões), durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador convocará o Fornecedor Registrado para no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, celebrar o Termo do Contrato, quando passarão a denominar-se CONTRATANTE e CONTRATADA, observando os termos da Lei n.º 8.666, de 1993; da Lei n.º 10.520, de 2002; do Decreto n.º 5.450, de 2005; do Edital e seus anexos.

5.8. Caso o Fornecedor Registrado não celebrar o contrato, dentro do prazo estabelecido no subitem 6.8, ensejar-se-á a aplicação da multa prevista neste Termo de Referência e no Edital, bem como será aplicado o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520, de 2002, independentemente das demais sanções previstas no Edital.

5.9. A vigência da Ata de Registros de Preços será de 12 (doze) meses, improrrogável.

5.10. As aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de celebração de instrumento de contrato entre as partes, nos termos da Lei nº 8.666/93.

6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens comuns de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto nº 5.450, de 31 de maio 2005, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão na forma eletrônica.

6.2. A licitação em tela, objeto deste Termo de Referência, será levada a cabo por meio de seleção de propostas pela modalidade de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo Menor Preço por Item, na forma prevista no art. 45, §1º, I da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. Ao amparo da Lei nº 10.520, de 2002, e do Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, o objeto afigura-se à definição de serviço comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, senão vejamos:

6.4. Conforme advoga Marçal Justen Filho, *in verbis*: “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio”.

6.5. Portanto, a definição de “bens e serviços comuns” inclui o simples, o padronizado, o rotineiro e ainda os que possam ser objetivamente descritos, sendo este o entendimento do Tribunal de Contas da União. Podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

7. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Requisitos de Negócio

7.1.1. Equipagem dos órgãos de Promoção da Igualdade Racial - PIR, visando seu fortalecimento e o atingimento de seus objetivos com eficiência e eficácia;

7.1.2. Equipagem dos espaços físicos dos conselhos da pessoa idosa em nível distrital, estaduais e municipais das 27 capitais;

7.1.3. Consolidação da política nacional de direitos da criança e do adolescente por meio da integração de instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas;

7.1.4. Equipagem de Conselhos da Pessoa com Deficiência;

7.1.5. Fomento à implantação de unidades interligadas a cartórios em maternidades.

7.2. Requisitos de Arquitetura Tecnológica para o COMPUTADOR DESKTOP - itens 1 a 5

7.2.1. Gabinete

7.2.1.1. Deve ser utilizável na posição horizontal e vertical;

7.2.1.2. O volume total do gabinete não poderá ultrapassar 1.400 cm³.

7.2.1.3. Deverá possuir sistema de refrigeração dimensionado para perfeita refrigeração do processador e demais componentes internos ao gabinete, para garantir a temperatura de funcionamento e vida útil dos componentes, considerando a operação na capacidade máxima do microprocessador em ambiente não refrigerado.

7.2.1.4. O gabinete deverá ser fabricado em chapa metálica (única exceção aceita será a parte frontal) acabamento interno sem superfícies cortantes.

7.2.1.5. Não serão aceitos gabinetes em que peças ou estruturas fiquem soltas (não travadas) e se mantenham em suas posições pela simples ação da gravidade ou exclusivamente pela pressão exercida por outros componentes, como a tampa ou cabos.

7.2.1.6. Todo e qualquer componente deverá obrigatoriamente ser travado mecanicamente, permanecendo em sua posição qualquer que seja a condição em que estiver o equipamento (com ou sem tampa e mesmo de cabeça para baixo).

7.2.1.7. Deverá possuir local apropriado, já desenvolvido no projeto do produto, para colocação de lacres ou cadeados com encaixe padrão "Kensington" ou equivalente, não sendo aceito adaptações, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes para atingir esta funcionalidade.

7.2.1.8. Deve permitir a abertura do gabinete e a troca de componentes como discos magnéticos, ópticos e placas PCI sem utilização de ferramentas (Toll Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Também não serão aceitos gabinetes com parafusos recartilhados nem com adaptadores em substituição aos parafusos previstos para o gabinete;

7.2.1.9. Deve possuir mecanismo para detecção de intrusão de gabinete, compatível com a placa principal ofertada e, no caso de abertura de chassi, o microcomputador deve registrar o evento em memória flash, acessível através do software de gerenciamento remoto ou através de interface web própria.

7.2.1.10. Deverá possuir acabamento em cor neutra (preta, cinza ou grafite ou combinação destas);

7.2.1.11. O botão de liga/desliga, as luzes de indicação de atividade da unidade de disco rígido e do computador ligado (power-on) devem ser posicionados na parte frontal do gabinete;

7.2.2. **Alimentação**

7.2.2.1. A fonte de alimentação deve ser compatível com o gabinete e placa principal.

7.2.2.2. Deve aceitar tensões de entrada de 110 a 220 VCA ($\pm 10\%$), 50-60 Hz, com ajuste automático de tensão de entrada.

7.2.2.3. Deve possuir fator de correção de potência ativo.

7.2.2.4. Possuir potência nominal máxima de até 95 Watts e ser capaz de suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa mãe, microprocessador, interfaces, disco rígido, memória RAM, USBs conectadas e demais periféricos);

7.2.2.5. Deve apresentar eficiência energética de no mínimo 87% em 50% de carga na categoria GOLD, e potência máxima de 180 Watts.

7.2.2.6. Deverá ser fornecido preferencialmente cabo de força tipo Y (cabo com 3 pontas, sendo 1 para conexão na tomada, de acordo com o padrão NBR 14136 e as outras duas para conexão do monitor e da fonte do microcomputador.

7.2.3. **Processador / Desempenho**

7.2.3.1. Possuir suporte a 32 bits e 64 bits, com extensões de virtualização e instruções SSE4.1 e SSE4.2;

7.2.3.2. Ao menos 4 (quatro) núcleos físicos.

7.2.3.3. Memória cache de no mínimo de 8 MB.

7.2.3.4. Controlador de memória DDR-4 ou superior integrado.

7.2.3.5. Controlar de gráfico integrado.

7.2.3.6. O microprocessador deverá obter pontuação (score) de desempenho igual ou superior a 6.500 pontos aferidos pelo site www.cpubenchmark.net, no link High End CPU Chart.

7.2.3.7. Suporte a AES, para criptografia de dados.

7.2.4. **Placa Principal**

7.2.4.1. Possuir controladora de dispositivo de armazenamento com 1 interface SATA3 e/ou M.2.

7.2.4.2. Fabricação própria e exclusiva do modelo ofertado, do mesmo fabricante do equipamento. Não serão aceitas personalizações.

7.2.4.3. Chip de segurança TPM Versão 2.0 (Trusted Platform Module) integrado à placa principal.

7.2.4.4. Devem ser ofertados e entregues todos os softwares necessários para a implantação e utilização de todos os recursos de segurança.

7.2.4.5. Possuir suporte a ACPI 2.0 (Advanced Configuration and Power Interface) ou superior

7.2.5. **Memória**

7.2.5.1. Deverá ser fornecido no mínimo 8 GB de memória RAM por computador.

7.2.5.2. Barramento de memória tipo DDR4 2400 MHz ou superior.

7.2.5.3. Permitir expansão mínima de até 16GB.

7.2.6. **BIOS**

7.2.6.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>)

7.2.6.2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria membros;

7.2.6.3. Deve ter suporte a Português e/ou Inglês.

7.2.6.4. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, com capacidade de proteção contra gravação;

7.2.6.5. Possibilidade de habilitar/ desabilitar portas USB individualmente.

7.2.6.6. Deverá possuir campo com número de série do equipamento.

7.2.6.7. Deverá informar o MAC da placa de rede on-board.

7.2.6.8. Permitir a atualização de BIOS.

7.2.6.9. O processo de atualização deverá ser feito em ambiente Windows x86 ou x64.

7.2.6.10. Permitir a criação de um pendrive de recuperação da BIOS ou mídia ótica para instalação da versão mais recente.

7.2.6.11. Possuir local no website do fabricante do equipamento para download da versão mais atual da BIOS.

7.2.7. **Interfaces e dispositivos integrados à placa principal**

7.2.7.1. No mínimo 4 (quatro) portas USB sendo pelo menos 2 (duas) localizadas na parte frontal do equipamento e no mínimo 2 (duas) portas USB 3.0 e possuir no mínimo 1 (uma) porta USB Tipo-C.

7.2.7.2. As interfaces deverão ser disponibilizadas sem a utilização de hubs ou portas USB instaladas em qualquer tipo de adaptador PCI, ou seja, as portas devem fazer parte do projeto da placa principal do equipamento proposto.

7.2.8. **Controladora de Rede**

7.2.8.1. On-board, plug & play, para comunicação a 100/1000 Mb/s, padrão Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play, totalmente configurável por software.

7.2.8.2. Possuir compatibilidade com os padrões Ethernet IEEE 802.2, 802.3, 802.3u, 802.1x e 802.3ab.

7.2.8.3. Possuir suporte à configuração automática de velocidade da interface (auto-sense).

7.2.8.4. Permitir comunicação no modo full-duplex.

7.2.8.5. Possuir conexão RJ-45 fêmea.

7.2.8.6. Possuir LED indicador de atividade de rede.

7.2.8.7. Possuir suporte a Wake-Up on LAN em funcionamento (habilitada de fábrica no BIOS).

7.2.8.8. Possuir suporte a PXE 2.1.

7.2.8.9. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.

7.2.8.10. Permitir acesso remoto ao microcomputador mesmo com este desligado (considerando que esteja conectado na rede elétrica e de dados).

7.2.9. **Placa de Rede WiFi**

7.2.9.1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;

7.2.9.2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ac/n/a 5GHz; IEEE 802.11b/g/n 2.4GHz;

7.2.9.3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;

7.2.9.4. Compatibilidade com o padrão 802.1x;

7.2.9.5. Possuir certificação ANATEL.

7.2.10. **Unidade de Disco**

7.2.10.1. 1 (um) disco rígido interno;

7.2.10.2. Conexão padrão SATA com taxa de transferência de no mínimo 6 GB/s;

7.2.10.3. Capacidade mínima de 500GB;

7.2.10.4. Velocidade de rotação mínima de 5400RPM;

7.2.10.5. Suporte à Tecnologia Self-Monitoring, Analysis And Reporting Technology – SMART.

7.2.11. **Vídeo**

7.2.11.1. Controladora de vídeo integrada com no mínimo 512MB de memória.

7.2.11.2. Compatível com padrão SVGA ou superior

7.2.11.3. Deve possuir duas saídas padrão integradas à placa mãe, para uso de 02 (dois) monitores simultaneamente com opção de modo imagem ou extensão.

7.2.11.4. As saídas deverão obrigatoriamente ser;

7.2.11.5. 01 (uma) saída Display Port (D-Port) ou HDMI, compatível com monitor entregue.

7.2.11.6. 01 (uma) saída Display Port (D-Port) ou VGA (DB15).

7.2.11.7. Suportar resolução de até 1920x1080 ou superior

7.2.12. **Áudio**

7.2.12.1. Controladora de áudio de alta-definição integrada.

7.2.12.2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete.

7.2.12.3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização.

7.2.12.4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas.

7.2.12.5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento.

7.2.13. **Teclado**

7.2.13.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II.

7.2.13.2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II.

7.2.13.3. Possuir ajuste de inclinação.

7.2.13.4. LED indicador de teclado numérico habilitado.

7.2.13.5. LED indicador de tecla *CAPS LOCK* pressionada.

7.2.13.6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.

7.2.13.7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas.

7.2.13.8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado.

7.2.13.9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

7.2.14. Mouse

- 7.2.14.1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia ótica (sem esfera).
- 7.2.14.2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela.
- 7.2.14.3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores.
- 7.2.14.4. Tecnologia óptica e resolução mínima de 800 dpi.
- 7.2.14.5. Acompanhado de mouse pad com superfície adequada para utilização de mouse óptico.
- 7.2.14.6. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

7.2.15. Monitor

- 7.2.15.1. Monitor LED com área de no mínimo 21,5 polegadas na diagonal.
- 7.2.15.2. Brilho de no mínimo 250 cd/m².
- 7.2.15.3. As entradas deverão obrigatoriamente ser;
- 7.2.15.4. 01 (uma) entrada Display Port (D-Port) ou HDMI.
- 7.2.15.5. 01 (uma) entrada Display Port (D-Port) ou VGA (DB15).
- 7.2.15.6. Pixel Pitch de no máximo 0,275 mm (ou menor).
- 7.2.15.7. Contraste mínimo: estático 1000:1 ou dinâmico 15000:1.
- 7.2.15.8. Deverá possuir resolução nativa de 1920x1080 ou superior.
- 7.2.15.9. No mínimo 16 milhões de cores.
- 7.2.15.10. No mínimo os seguintes ajustes de imagem: Contraste, Brilho, Posição (Vertical e Horizontal), Auto-ajuste, Reset (Geometria / Cor), Ajuste de imagem (fino e grosso) e Posição (H/V), ajuste de imagem (fino e grosso) e posição (H/V).
- 7.2.15.11. Compatível com padrão Energy Star.
- 7.2.15.12. Os cabos de comunicação com o microcomputador deverão ser fornecidos junto com o equipamento.
- 7.2.15.13. Deverão ser fornecidos adaptadores de modo que o monitor possa ser ligado a qualquer uma das portas da controladora
- 7.2.15.14. O monitor deverá, obrigatoriamente, possuir a mesma tonalidade do gabinete (cor).
- 7.2.15.15. Base com ajuste altura.
- 7.2.15.16. Alimentação: Fonte bivolt automática, sem o uso de conversores ou transformadores externos.
- 7.2.15.17. Conexão tipo kensington sem adaptações.
- 7.2.15.18. Suporte para encaixe do gabinete no monitor de vídeo.
- 7.2.15.19. Permitir a fixação do gabinete da estação de trabalho (item gabinete) no monitor, sem perda de suas funcionalidades de regulagem de altura, inclinação e rotação.

7.2.16. Sistema Operacional

- 7.2.16.1. 1(uma) licença do sistema operacional corporativo Microsoft Windows 10 Professional – 64 bits, OEM em português, com sua respectiva licença de uso para cada unidade fornecida, instalado com todos os recursos para garantir atualizações de segurança durante todo o prazo de garantia estabelecida pelo fornecedor de hardware.
- 7.2.16.2. O sistema operacional deverá ser fornecido no idioma Português BR instalado e em pleno funcionamento, acompanhado de mídias de instalação e recuperação do sistema e de todos os seus drivers, além da documentação técnica em português necessária à instalação e operação do equipamento.
- 7.2.16.3. Deverá ser fornecido kit de recuperação, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados.
- 7.2.16.4. Deve ser comprovado que o equipamento é compatível com sistema operacional Windows 10 Professional 64 Bits, através da lista de compatibilidade HCL Microsoft.
- 7.2.16.5. 01(uma) licença da suíte de aplicativos Microsoft Office Home & Business 2019 Português BR 64 bits ou superior, em modalidade OEM, instalados, com licença e direito a atualizações durante a garantia do equipamento;

7.2.17. Certificações e adequação às normas de segurança, sustentabilidade ambiental e eficiência energética.

- 7.2.17.1. O equipamento deve possuir certificado quanto ao consumo eficiente de energia, padrão Energy Star ou certificação similar emitida por entidade reconhecida pelo INMETRO.
- 7.2.17.2. O equipamento deve possuir certificação EPEAT Gold, comprovado através do site <http://www.epeat.net>.
- 7.2.17.3. Os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem; Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) comprovado através de certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO.
- 7.2.17.4. O equipamento deve estar em acordo com as normas de emissão de ruídos para ambientes de escritório, ISO 7779 e ISO 9296.
- 7.2.17.5. O equipamento deve possuir declaração de conformidade com padrões de segurança elétrica, IEC 60950/EN60950, emitida por laboratório nacional ou internacional.
- 7.2.17.6. O equipamento deve possuir declaração de conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética, CISPR 22/EN55022, IEC 61000, emitida por laboratório nacional ou internacional.
- 7.2.17.7. O equipamento deve ser homologado pela Anatel.
- 7.2.17.8. O fabricante deverá comprovar que não possui atividade potencialmente poluidora e utilizadora de recursos ambientais: aquelas relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981, e aquelas que, por força de normas específicas, estejam sujeitas a controle e fiscalização ambientais;

7.2.17.9. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013(Federal) <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/ctf/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN-11-2018.pdf>.

7.2.17.10. Por se tratar de compra de microcomputadores e não de componentes, somente serão aceitos equipamentos de marca registradas, efetivamente cadastradas no país como fabricantes de microcomputadores. A proponente deverá apresentar em suas propostas o(s) documento(s) que comprove(m) o registro no INPI da marca (Marca Registrada) do equipamento oferecido.

7.2.17.11. O fabricante deverá possuir a certificação OHSAS 18001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional.

7.2.17.12. Certificação PPB – Processo Produtivo Básico – para fabricante do equipamento, em conformidade com Lei Federal nº 11.077, de 30/12/2004, comprovado através do site <http://www.mctic.gov.br>.

7.2.18. Sistema de segurança patrimonial

7.2.18.1. Deverá ser fornecido cadeado com encaixe padrão “Kensington” ou equivalente para o gabinete e para o monitor. Serão aceitos cadeados com trava dupla desde que compatíveis com o gabinete e monitor entregues.

7.3. Requisitos de Arquitetura Tecnológica para a IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - itens 6 a 10

7.3.1. Impressora multifuncional colorida, jato de tinta, com sistema de tanque de tinta de fábrica;

7.3.2. Deverá possuir função de impressora, copiadora e scanner;

7.3.3. Compatível com os sistemas operacionais Microsoft Windows 10 Professional 64 bits em Português ou superior;

7.3.4. Possuir alimentador automático de documentos para até 25 folhas em tamanho A4 ou carta;

7.3.5. Deve possuir painel com status em Português do Brasil

7.3.6. A impressora deve ser nova de fábrica (sem uso);

7.3.7. Dar suporte a, pelo menos, aos papéis de tamanho A4, carta e ofício;

7.3.8. Possuir uma entrada com capacidade de armazenamento de, no mínimo, 100 folhas;

7.3.9. Interfaces de conexão: USB 2.0 ou superior;

7.3.10. Acompanhar recarga de tinta originais da impressora com no mínimo 1 refil preto, 1 refil ciano, 1 refil magenta, 1 refil amarelo;

7.3.11. Deve aceitar tensões de entrada de 110 a 220 VCA ($\pm 10\%$), 50-60 Hz, com ajuste automático de tensão de entrada (serão aceitos estabilizadores com ajuste automático de tensão de entrada).

7.3.12. Conectividade Wireless, Wi-Fi *Direct*;

7.3.13. Resolução ótica do scanner de 600 x 600 dpi;

7.3.14. Modo de digitalização em preto e branco e colorido em menos de 30 segundos em 200 dpi (A4 ou carta);

7.3.15. Mesa de digitalização com tamanho mínimo de papel A4 ou carta;

7.3.16. A impressora deve acompanhar:

7.3.16.1. Manual de instruções de uso;

7.3.16.2. Cabo de força com no mínimo 1(um) metro de comprimento;

7.3.16.3. Cabos para conexão USB com no mínimo 1(um) metro de comprimento;

7.3.16.4. Demais dispositivos, cabos e equipamentos necessários para a perfeita instalação, configuração e uso da impressora;

7.3.17. Deverá comprovar aderência aos requisitos de segurança e compatibilidade eletromagnética conforme Portaria Inmetro n.º 170, de 10 de abril de 2012;

7.3.18. Em atendimento as determinações da SLTI/MPOG n. 01, de 2010 foram aplicadas as especificações técnicas dos equipamentos do objeto deste certame critérios de sustentabilidade ambiental no tocante aos seguintes itens:

7.3.18.1. Responsabilidade Ambiental: Atender a diretiva RoHS(Restriction of Certain Hazardous Substances) ou apresentar comprovação técnica do fabricante do equipamento ofertado, demonstrando que o equipamento não utiliza as seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente permitidas pela diretiva RoHS, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7.4. Requisitos de Arquitetura Tecnológica para a WEBCAM - itens 11 a 15

7.4.1. Câmera Web colorida;

7.4.2. Deverá possuir qualidade mínima de 720p (1280 x 720 pixels);

7.4.3. Deverá possuir foco automático e rotação 360 graus;

7.4.4. Deverá possuir microfone embutido;

7.4.5. Sua conectividade deverá ser USB 2.0 ou superior;

7.4.6. Deverá possuir cabo com comprimento de pelo menos 1,5 metros;

7.4.7. Clipe universal que se ajusta a laptops e monitores LCD ou LED;

7.4.8. Disponibilidade de drivers Windows 7, 8, 8.1 e 10 Professional 64bits;

7.5. Requisitos de Garantia

7.5.1. Os prazos de garantia do objeto do presente Termo de Referência são:

a) 36 meses para os Computadores Desktop - Itens 1 a 5;

b) 24 meses para a Impressoras Multifuncionais - Itens 6 a 10;

c) 24 meses para as Webcams - Itens 11 a 15.

7.5.2. A contratada deverá assegurar, de acordo com os prazos estabelecidos no item anterior, garantia e assistência técnica *on site* dos equipamentos fornecidos, incluindo-se todas as ações, seja de manutenção, reposição de peças ou outras necessárias, com vistas a garantir o seu

perfeito funcionamento.

7.5.3. A Contratada deverá apresentar, até a assinatura do contrato, Certificado de Garantia do fabricante dos equipamentos, válido em todo o território nacional.

7.5.4. A garantia deverá ser prestada no município de entrega dos equipamentos, diretamente pela contratada, ou pela rede autorizada do fabricante.

7.5.5. O prazo de garantia terá vigência a contar do recebimento definitivo dos equipamentos e de seus acessórios.

7.5.6. O atendimento no período coberto pela garantia descrita acima deverá ser realizado em até 48 horas, contadas a partir do comunicado formal de defeito.

7.5.7. A solução no período coberto pela garantia descrita acima deverá ser realizada, em no máximo 5 dias úteis, contados a partir do primeiro atendimento.

7.5.8. Os chamados de acionamento da assistência deverão ser abertos por meio de central de abertura de chamados, a partir de número 0800 disponibilizado pela contratada ou do próprio fabricante (que permita o recebimento de chamadas oriundas de telefone fixo e móvel) e correio eletrônico. Caso seja de seu interesse, a Contratada poderá fornecer, além do 0800 e correio eletrônico, sistema com interface WEB para abertura dos chamados técnicos. No momento da abertura dos chamados deverá ser fornecido ao solicitante um número único de identificação do chamado.

7.5.9. Os chamados serão atendidos e o suporte técnico prestado em regime 8 x 5 (oito hora por dia, cinco dias por semana) em dias úteis,

7.5.10. A Contratada deverá informar o site na internet do fabricante para suporte aos produtos ofertados, na qual poderão ser obtidos os drivers tais como: (disco rígido, interface de vídeo, interface de rede, e outros).

7.5.11. O atendimento no período coberto pela garantia inclui mão de obra, peças e, em caso de necessidade de manutenção fora das dependências do órgão. Transportes e seguros também se aplicam a mesma garantia;

7.5.12. A garantia técnica, oferecida pelo fabricante ou autorizada pela mesma, deve contemplar a substituição do disco rígido, em caso de aviso de pré-falha, identificado pelo software de gerenciamento.

7.5.13. A garantia não será afetada caso ao Ministério ou município venha a instalar placas de rede wireless, de fax-modem, interfaces específicas para acionamento de outros equipamentos, adicionar unidades de disco rígido, bem como se alterar a capacidade de memória RAM do equipamento ou efetuar troca do monitor de vídeo, ressaltando que a garantia destes opcionais será total responsabilidade do Ministério ou município.

7.5.14. Qualquer defeito cuja ocorrência atinja a marca de 10% dos equipamentos fornecidos obrigará o fornecedor à substituição *on site* da respectiva peça ou componente, em todas as máquinas fornecidas, num prazo de 90 (noventa) dias corridos. Na impossibilidade de substituição da peça ou componente defeituoso isoladamente, caberá ao fornecedor fazer todas as substituições necessárias, inclusive, no limite, do equipamento como um todo, se for o caso.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente

8.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado

8.2. **Ainda:**

a) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

b) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

c) Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

d) Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

e) Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Edital e seus anexos.

f) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

g) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

h) Comunicar tempestivamente à Contratada, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no decorrer no fornecimento dos produtos para a imediata adoção das providências para sanar os problemas eventualmente ocorridos.

i) Proporcionar as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir o que estabelecem o Edital e o Contrato.

j) Atestar as notas fiscais/faturas desde que tenham sido entregues como determina este Termo de Referência, verificar os relatórios apresentados, encaminhar as notas fiscais e/ou faturas, devidamente atestadas, para pagamento no prazo determinado.

k) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especificamente designado.

l) Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, dos produtos que estiverem de acordo com as especificações, comunicando à Contratada quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos.

m) Fornecer em tempo hábil todos os dados técnicos e informações de sua responsabilidade, necessários à execução do serviço.

- n) Manter os entendimentos com a Contratada sempre por escrito, ressalvados os casos determinados pela urgência das medidas, cujos entendimentos verbais devem ser confirmados por escrito, dentro de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do contato.
- o) Verificar a regularidade da situação fiscal e dos recolhimentos sociais trabalhistas da Contratada conforme determina a lei, antes de efetuar o pagamento devido.
- p) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.7. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.2. Ainda:

a) Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

b) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

c) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

d) Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação estabelecidas no Edital e em seus anexos, e assim como em relação às demais exigências contratuais.

e) Responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto do contrato, arcar com os eventuais prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos no fornecimento dos produtos, respondendo integralmente pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo na entrega dos produtos, o que não exclui nem diminui a responsabilidade pelos danos que se constatarem, independentemente do controle e fiscalização exercidos pela Contratante.

f) A Contratada entregará os produtos livres de defeitos sob uso normal, obrigando-se a substituir, de imediato, se algum defeito for constatado.

g) Fornecer as devidas notas fiscais/faturas, nos termos da lei e cumprir todas as obrigações fiscais decorrentes da execução do Contrato, responsabilizando-se por quaisquer infrações fiscais daí advindas, desde que a infração fiscal tenha resultado de obrigação da Contratada.

h) Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelos agentes designados pela Contratante.

i) Assumir as despesas decorrentes do transporte a ser executado em função do objeto do Contrato.

j) Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da Legislação Fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da Legislação Social, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, sendo certo que seus empregados não terão vínculo empregatício com a Contratante.

k) A Contratada, nos termos do art. 8º da Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970 e demais dispositivos legais e regulamentares em vigor sobre a matéria, obriga-se por si e seus dirigentes e empregados a manter total sigilo e confidencialidade nos serviços prestados à Contratante, no que se refere à não divulgação, por qualquer forma, de todas ou partes das informações ou documentos a ele relativos e decorrentes do objeto do Contrato.

l) Caso solicitado pela Contratante, fornecer em até 5 (cinco) dias da assinatura da ata de registro de preços, 1 (um) equipamento modelo de computador, idêntico em todas as especificações ao modelo que será fornecido, para que a Contratante possa iniciar o processo de elaboração da imagem do disco padrão contendo sistemas operacionais, software e aplicativos necessários ao correto funcionamento dos equipamentos.

m) Quando solicitado pela Contratante, a Contratada deverá replicar a imagem do disco rígido do equipamento configurado nos termos do inciso anterior, em todos os outros equipamentos a serem entregues.

n) Disponibilizar informações sobre a entrega dos produtos conforme descrito no item "CONTROLE DE AQUISIÇÕES".

o) Assinar e cumprir o Termo de Compromisso de utilização do SIGSDH (conforme modelo - ANEXO V) para prestar informações quanto a entrega dos bens.

p) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

q) Em nenhum momento do processo de criação da imagem, a empresa vencedora do certame tem autorização do envio da imagem, parte dela, dados, informações ou discos rígidos criados para terceiros ou qualquer outra entidade em âmbito governamental ou privado.

10. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. A Contratada, no prazo de dez dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no Art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- 10.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 10.3. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- 10.4. seguro-garantia;
- 10.5. fiança bancária.
- 10.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.
- 10.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 10.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.9. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).
- 10.10. A garantia contratual, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;
 - d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada.
- 10.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem anterior, e nela deverá constar cláusula expressa de cobertura de multas e penalidades contratuais impostas à Contratada, a qual deve ser similar ao texto que se segue: “Esta garantia dá cobertura ao pagamento das multas e penalidades contratuais impostas à Contratada”;
- 10.12. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência das cláusulas contratuais.
- 10.13. Quando se tratar de depósito caucionado, a garantia deverá observar o disposto no Decreto-lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1979 e orientação do SIAFI, que determinam que as garantias prestadas em dinheiro, nas licitações públicas, devem ser depositadas na Caixa Econômica Federal, em favor da Contratante;
- 10.14. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada deverá reintegralizar o seu valor, no prazo não superior a 15 (quinze) dias, contados da data em que for notificada;
- 10.15. A garantia será considerada extinta:
- a) Com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a tulo de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - b) Após o término da vigência do contrato, conforme o prazo estabelecido no Edital convocatório do certame, prazo este que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.
- 10.15.1. O Ministério não executará a garantia nas seguintes hipóteses:
- a) Caso fortuito ou força maior;
 - b) Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
 - c) Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrente de atos ou fatos da Administração;
 - d) Prática de atos ilícitos dolosos por servidores do Contratante.
- 10.15.2. Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia que não as previstas no subitem anterior;
- 10.15.3. Para a prestação da garantia contratual, fica vedado à Contratada pactuar com terceiros (seguradoras, instituições financeiras, etc.) cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para o pagamento de multas por descumprimento contratual;
- 10.15.4. O prazo para apresentação da garantia é de 10 dias úteis contados da assinatura do contrato, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período a critério do Contratante;
- 10.15.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
- 10.15.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.15.7. Quando a garantia for prestada na modalidade Título da Dívida Pública, deverão ser apresentados o laudo original do perito e a planilha referente ao Título, sendo a garantia expressa em moeda corrente, em original ou em cópia autenticada, e sua aceitação fica condicionada à atestação de sua validade e exigibilidade pelo órgão competente das fazendas federais, estaduais e municipais respectivas, conforme o caso;
- 10.15.8. No caso de garantia na modalidade de Carta de Fiança, deverá constar da mesma expressa renúncia pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil;
- 10.15.9. Em caso de atualização do valor do contrato, o Contratante exigirá a complementação do valor da garantia, para que se mantenha o percentual estabelecido;
- 10.15.10. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada

11. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 11.1. Os itens contratados serão entregues, dentro das respectivas regiões geográficas, nos municípios informados por ocasião da emissão da Ordem de Fornecimento.
- 11.2. A Contratada deverá realizar a entrega dos produtos no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento (conforme modelo - ANEXO III).
- 11.3. A Ordem de Fornecimento indicará a quantidade, os locais de entrega, e indicará um responsável pelo recebimento e conferência dos equipamentos.
- 11.4. Pedido de prorrogação do prazo de entrega, concedido em caráter excepcional, devidamente justificado e sem efeito suspensivo, deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada, em conformidade com o art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993.
- 11.5. Toda documentação e mídias devem ser obrigatoriamente originais do fabricante e em português do Brasil. Para o caso de inexistência de documentação em português, deve ser fornecida anexa a cada item documentação de boa qualidade com a tradução da respectiva documentação para o português do Brasil. A documentação deverá se referenciar ao modelo do equipamento ofertado. Não serão aceitos prospectos em lugar de manuais. Todo equipamento deve possuir, individualmente, seus documentos e mídias.
- 11.6. Ocorrerá por conta da Contratada todo o serviço de logística de produção e entrega dos equipamentos, bem como as despesas de embalagem, seguros, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, dentre outras, decorrentes da produção e entrega dos equipamentos.
- 11.7. A Contratada deverá disponibilizar, junto à caixa/volume dos equipamentos entregues, uma Carta de Apresentação, onde o modelo do documento será definido pela Contratante e entregue à Contratada na Reunião Inicial.
- 11.8. A impressão da Carta de Apresentação mencionada no item acima é de responsabilidade da Contratada.
- 11.9. Apresenta-se a seguir a tabela com a estimativa inicial de distribuição dos equipamentos, com divisão por estado. Destaca-se que essa divisão tem a finalidade apenas de detalhar a distribuição dos bens, considerando o cenário do momento em que foi elaborada a planilha. Os quantitativos previstos por estado poderão ser alterados, sempre respeitando-se as quantidades totais estimadas para a região geográfica.

Item	Descrição	Quant. SNPIR	Quant. SNDCA	Quant. SNDPI	Quant. SNDPD	Quant. SNPG	Quantidade Total
1	Computador Desktop - Região Norte	95	120	350	42	45	652
2	Computador Desktop - Região Nordeste	75	500	650	74	80	1.379
3	Computador Desktop - Região Centro-Oeste	65	145	350	38	30	628
4	Computador Desktop - Região Sudeste	40	435	350	22	-	847
5	Computador Desktop - Região Sul	25	265	300	24	-	614
6	Impressora Multifuncional - Região Norte	22	72	85	21	45	245
7	Impressora Multifuncional - Região Nordeste	19	448	163	37	80	747
8	Impressora Multifuncional - Região Centro-Oeste	40	73	81	19	30	243
9	Impressora Multifuncional - Região Sudeste	11	324	113	11	-	459
10	Impressora Multifuncional - Região Sul	8	195	76	12	-	291
11	Webcam - Região Norte	-	-	426	21	-	447
12	Webcam - Região Nordeste	-	-	780	37	-	817
13	Webcam - Região Centro-Oeste	-	-	440	19	-	459
14	Webcam - Região Sudeste	-	-	512	11	-	523
15	Webcam - Região Sul	-	-	392	12	-	404

11.9.1. Se, após o recebimento, constatar-se que a entrega dos produtos ocorreu em desacordo com o especificado neste Termo de Referência, com defeito ou incompleto, após a notificação por escrito à empresa, serão interrompidos os prazos de recebimento até que sejam substituídos os produtos e/ou componentes. As despesas relativas à substituição dos produtos/componentes correrão às expensas da Contratada. A entrega do bem deverá ser feita para um servidor do órgão, mediante apresentação de documentação pessoal que possua os seguintes dados: foto de identificação, nome completo, RG e CPF. O servidor deverá transcrever tais informações, de forma legível, no Termo de Entrega (conforme modelo - ANEXO VI). O Termo de Entrega deverá conter no mínimo, as informações apresentadas no modelo retromencionado e estar devidamente preenchido, assinado, datado e identificado pelo recebedor;

11.9.2. A Contratada deverá substituir as suas expensas os equipamentos rejeitados no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de incorrer em sanções legais cabíveis, garantida a ampla defesa.

11.10. Recebimento Provisório

11.10.1. Os itens do objeto contratado serão recebidos provisoriamente por servidor do órgão destinatário dos bens, no ato da entrega, para verificação da conformidade, qualidade e quantidade dos produtos e, em seguida, a entrega deverá ser registrada no Sistema Integrado de Gestão - SIGSDH, de propriedade do Ministério.

11.10.2. Considera-se como Recebimento Provisório a Nota Fiscal e o Termo de Entrega, devidamente preenchido por servidor do órgão destinatário dos bens.

11.10.2.1. Só será aceito o modelo do "Termo de Entrega" conforme modelo constante do ANEXO VI a este Termo de Referência.

11.10.2.2. As Notas e Termos de Entrega deverão ser preenchidos conforme descrito a seguir:

- I - Todos os campos do Termo de Entrega deverão ser devidamente preenchidos, de forma legível, datado, assinado e carimbado;
- II - É obrigatório que a pessoa identificada no termo seja a mesma da assinatura do documento;
- III - Não poderá haver rasura;

- IV - Não serão aceitos documentos com informações incompletas;
- V - É obrigatório que conste na “Nota Fiscal” o nome do município de destino dos bens;
- VI - É obrigatório que conste na “Nota de Remessa” o número da Nota Fiscal de Venda;
- VII - É obrigatório que constem nas “Notas Fiscais de Venda” e nas “Notas de Remessa” todas as informações complementares, a saber:
- VIII - Finalidade do bem: (ex: Equipagem Conselho Tutelar)
 - a) Nº do pregão eletrônico;
 - b) Nº de contrato;
 - c) Nº de ordem de fornecimento;
 - d) Nome da Prefeitura;
 - e) CNPJ da Prefeitura

11.10.3. Para aceite do Recebimento Provisório e posterior emissão do Recebimento Definitivo, a Contratada deverá apresentar as Notas Fiscais e suas respectivas informações, Termo de Entrega, número de série dos equipamentos entregues em cada localidade, e data efetiva de entrega no SIGSDH.

11.11. **Recebimento Definitivo**

11.11.1. O recebimento definitivo dos itens contratados ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do registro do recebimento provisório no SIGSDH, após a verificação da conformidade qualitativa e quantitativa dos produtos e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo. O Relatório de Pagamento terá força de Recebimento Definitivo, podendo substituir o Termo específico.

11.11.2. Todos os fatos anormais, porventura verificados no ato de recebimento definitivo dos itens do objeto, deverão ser anotadas em livro ou sistema próprio, assim como as providências a serem tomadas pela Contratada.

11.11.3. Caberá à Contratante rejeitar total ou parcialmente os itens do objeto em desacordo com as especificações estabelecidas no edital e respectivos anexos, ou que apresentar irregularidades.

11.11.4. O recebimento, provisório ou definitivo, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade civil, ético-profissional, ou de qualquer outra natureza, em relação à qualidade, inclusive no que concerne às especificações exigidas e normas aplicáveis ao objeto, cabendo-lhe sanar, às suas expensas, quaisquer irregularidades detectadas e reprovadas pela CONTRATANTE.

11.12. **Rotinas de Execução**

11.12.1. **Reunião Inicial**

11.12.1.1. Após a assinatura do contrato será realizada a Reunião Inicial, a qual ocorrerá nas dependências do Ministério, em Brasília/DF.

11.12.1.2. A Contratada contará com prazo máximo de cinco dias úteis entre a convocação pelo Ministério e a realização da Reunião Inicial.

11.12.1.3. Nessa reunião será apresentado o contrato, seus prazos, os níveis de serviço, bem como será demonstrado o funcionamento do sistema SIGSDH, de forma que a Contratada tome conhecimento de todas as ações complementares que precisa empreender para o correto fornecimento do objeto contratado.

11.12.2. As solicitações serão encaminhadas por intermédio de Ordem de Fornecimento, a ser emitida por representante do Ministério.

11.12.3. **Controle das Aquisições**

11.12.3.1. Tendo em vista a dimensão do projeto bem como o quantitativo de locais para a entrega dos equipamentos em questão, o controle dos produtos será efetuado, conforme já mencionado, através do Sistema Integrado de Gestão – SIGSDH.

11.12.3.2. A inserção das informações referidas no item acima deverá ser comprovada, sendo esta uma condição para o pagamento;

11.12.3.3. De posse da documentação comprobatória da entrega, a equipe da área requisitante do Ministério encaminhará o Relatório de Pagamento para o setor responsável pelo pagamento, incluindo relatórios de entrega do sistema SIGSDH ficando com a posse da documentação comprobatória de entrega pelo período de 5 (cinco) anos;

11.12.3.4. Cada caixa/volume deverá conter uma Carta de Apresentação descrevendo quais e quantos equipamentos fazem parte da mesma, bem como informações sobre suporte/assistência técnica, incluindo o número 0800, e sobre o programa. A carta deverá estar envolvida em plástico transparente e colada na parte superior da caixa de papelão, aberta e com a face impressa voltada para cima. A carta de apresentação deverá ser aprovada pelo Ministério e ser impressa pela Contratada em papel A4. A impressão dos cartas de apresentação correrá por conta e custo da Contratada.

11.13. **Mecanismos formais de comunicação**

11.13.1. A comunicação entre Contratada e Contratante será feita precipuamente por intermédio do SIGSDH, sistema no qual a Contratada deverá registrar as notas fiscais, quantidade, modelo e números de série dos bens entregues, além de outras informações importantes para o contrato. O acesso ao SIGSDH, bem como sua forma de funcionamento serão apresentadas à contratada por ocasião da Reunião Inicial.

11.13.2. Adicionalmente, e de acordo com as necessidades, será utilizada a comunicação formal, com a solicitação de fornecimento por Ordem de Fornecimento, e as demais comunicações, via documento oficial.

11.14. **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

11.14.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

11.14.2. A Contratada assinará, por meio de seu representante legal, Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes a entidade. O modelo de Termo consta do ANEXO VII deste Termo de Referência.

12. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

12.1. **Fiscalização do Contratante**

12.2. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto licitado, reservar-se-á ao Contratante o poder-dever de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução, conforme a Lei nº 8666/1993, art. 58, III c/c Acórdão do TCU nº 1632/2009 –

Plenário.

12.3. A omissão ou falha da fiscalização da execução do contrato, realizada por representante do Contratante, será devidamente apurada, não eximindo a Contratada, entretanto, de sua responsabilidade exclusiva pela prestação eficiente dos serviços nos moldes do presente edital.

12.3.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por um representante da Contratante especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição (Lei nº 8666/1993, art. 67, caput).

12.3.1.1. O representante será um servidor do Contratante, efetivo ou em comissão, formalmente designado para exercer o encargo.

12.3.1.2. O servidor não poderá recusar-se a exercer a fiscalização, salvo se apresentar motivo fundado e comprovado pela Administração da Contratante (Lei 8.112/90, art. 116, I, II, III e IV).

12.3.1.3. A fiscalização será diretamente realizada por servidor que tenha conhecimentos mínimos e suficientes para garantir a conformidade da execução com o programado pela Instituição Contratante.

12.3.1.4. A Contratada compromete-se a aceitar todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotados pelo servidor fiscal, obrigando-se a fornecer dados, explicações, esclarecimentos, soluções, comunicações ou quaisquer outros elementos necessários à execução destes métodos.

12.3.1.5. O servidor fiscal deverá exigir por escrito que seja substituído quaisquer itens do objeto executados pela Contratada em desacordo com as normas ou especificações previstas no presente edital e respectivos anexos, visando sempre ao interesse da coletividade, à continuidade dos serviços públicos, à integridade do patrimônio público e à eficiência da Instituição Contratante.

12.3.2. No que diz respeito a decisões a serem tomadas e que exorbitem de sua competência, o servidor fiscal deverá solicitar formalmente e por escrito as devidas providências à autoridade administrativa que lhe seja imediatamente superior, a qual, atendendo à solicitação, incumbir-se-á de adotar em tempo hábil as medidas pertinentes.

12.3.3. O servidor fiscal responsabilizar-se-á por atestar a fatura ou Nota Fiscal, comprovando o recebimento definitivo dos materiais fornecidos ou serviços executados, relativos ao objeto deste pregão, garantido, dessa maneira, que o fornecimento ou prestação, parcial ou integral, estejam sempre em conformidade com o programado pela Administração, consumando-se dessa maneira a liquidação da despesa, a qual constitui etapa prévia e imprescindível à realização do pagamento.

13. PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O pagamento ocorrerá mediante entrega efetiva dos produtos, em cada mês, apurados ao final deste, e nos quantitativos solicitados, acompanhados de Nota Fiscal discriminada de acordo com a Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho, após conferência da quantidade e qualidade dos produtos e emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

13.4. As informações das Notas Fiscais, registradas no Sistema Integrado de Gestão - SIGSDH, serão utilizadas para a conferência da quantidade e conformidade dos equipamentos.

13.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.16. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de

comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	--------------------	--

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

17.0.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/contratada que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) não manter a proposta;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- i) comportar-se de modo inidôneo;

I - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.0.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 17.0.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 17.0.2.2. multa moratória de 0,06% (seis centésimos por cento) por dia de atraso na entrega dos equipamentos, incidente sobre o valor da Nota Fiscal (conjunto de bens), até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 30 (trinta) dias;
- 17.0.2.3. multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso na solução de chamado técnico por indisponibilidade de funcionamento do equipamento, incidente sobre o valor mesmo equipamento, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 30 (trinta) dias;
- 17.0.2.4. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do equipamento envolvido, no caso de inexecução parcial do objeto, decorrente de atraso superior a trinta dias para solução de chamado técnico;
- 17.0.2.5. multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 17.0.2.6. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 17.0.2.7. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 17.0.2.8. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 17.0.2.9. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 17.0.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
 - 17.0.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 17.0.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 17.0.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.0.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.0.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.0.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS

18.1. A estimativa de preço tem a única e específica finalidade de subsidiar os licitantes na confecção de sua proposta. As licitantes são as únicas responsáveis por valorar os produtos e serviços ofertados, pelas suas descrições e demais informações disponíveis, capazes de propiciar todas as condições necessárias e suficientes à formulação de sua proposta. Em conformidade com o Art. 2º da IN SEGES/MP nº 3 de 2017, realizou-se pesquisa oficial de preços, cujos valores obtidos foram detalhados na "Nota Técnica 6, de Pesquisa de Mercado (SEI 0979971), e constam, de forma consolidada, na tabela a seguir:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Computador Desktop - Região Norte	652	5.457,47	3.558.270,44
2	Computador Desktop - Região Nordeste	1379	5.457,47	7.525.851,13
3	Computador Desktop - Região Centro-Oeste	628	5.457,47	3.427.291,16
4	Computador Desktop - Região Sudeste	847	5.457,47	4.622.477,09
5	Computador Desktop - Região Sul	614	5.457,47	3.350.886,58
6	Impressora Multifuncional - Região Norte	245	1.169,55	286.539,75
7	Impressora Multifuncional - Região Nordeste	747	1.169,55	873.653,85
8	Impressora Multifuncional - Região Centro-Oeste	243	1.169,55	284.200,65
9	Impressora Multifuncional - Região Sudeste	459	1.169,55	536.823,45
10	Impressora Multifuncional - Região Sul	291	1.169,55	340.339,05
11	Webcam - Região Norte	447	132,96	59.433,12
12	Webcam - Região Nordeste	817	132,96	108.628,32
13	Webcam - Região Centro-Oeste	459	132,96	61.028,64
14	Webcam - Região Sudeste	523	132,96	69.538,08
15	Webcam - Região Sul	404	132,96	53.715,84
VALOR TOTAL				25.158.677,15

18.2. Estima-se, pois, que o certame terá valor total de **R\$ 25.158.677,15 (vinte e cinco milhões, cento e cinquenta e oito mil seiscentos e setenta e sete reais e quinze centavos)**, sendo este o valor máximo aceito pelo Ministério, total e por itens, aceito para contratação.

18.3. Os valores estimados relativos a cada um dos itens constantes da tabela supra, configuram o valor máximo a ser aceito pelo Ministério para contratação.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

19.1. De acordo com o disposto no parágrafo 2º do artigo 7º do Decreto nº 7.892/2013, § 2º "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil."

19.2. Cronograma físico-financeiro

19.2.1. Considerando os valores estimados para a contratação, apresenta-se a seguir o impacto físico e financeiro da contratação nos respectivos exercícios.

EXECUÇÃO FÍSICA							
Região	UF	Quantidade a executar em 2019			Quantidade a executar em 2020		
		Computador	Impressora	Webcam	Computador	Impressora	Webcam
Norte	Acre	20	7	16	75	19	50
	Amapá	0	3	0	80	23	55
	Amazonas	5	12	0	80	24	50
	Roraima	0	11	26	62	18	51
	Rondônia	0	11	8	69	19	52
	Pará	45	37	13	92	31	56
	Tocantins	20	7	18	104	23	52
	TOTAL REGIÃO NORTE	90	88	81	562	157	366
Nordeste	Alagoas	5	11	8	70	20	50
	Bahia	58	96	20	205	51	55
	Ceará	19	44	18	115	34	55
	Maranhão	28	48	20	110	31	50
	Paraíba	15	52	26	120	36	55
	Pernambuco	21	65	11	140	37	100
	Piauí	32	30	17	192	48	101
	Rio Grande do Norte	4	11	18	126	35	103
	Sergipe	0	69	8	119	29	102
	TOTAL REGIÃO NORDESTE	182	426	146	1197	321	671

Centro Oeste	Distrito Federal	4	11	12	55	12	50
	Goiás	19	26	26	155	43	105
	Mato Grosso	66	44	31	170	43	100
	Mato Grosso do Sul	14	24	30	145	40	105
	TOTAL REGIÃO CENTRO-OESTE	103	105	99	525	138	360
Sudeste	Minas Gerais	94	118	66	325	66	100
	Espírito Santo	9	27	10	70	15	50
	Rio de Janeiro	4	39	18	116	25	103
	São Paulo	45	131	74	184	38	102
	TOTAL REGIÃO SUDESTE	152	315	168	695	144	355
Sul	Rio Grande do Sul	59	62	28	246	52	103
	Paraná	40	77	26	116	41	103
	Santa Catarina	19	30	42	134	29	102
	TOTAL REGIÃO SUL	118	169	96	496	122	308

EXECUÇÃO FINANCEIRA								
Item	Descrição	Valor a executar em 2019			Valor a executar em 2020			Quantidade Total
		Quant.	Val. Unit.	Val. Total	Quant.	Val. Unit.	Val. Total	
1	Computador Desktop - Região Norte	90	5.457,47	491.172,30	562	5.457,47	3.067.098,14	652
2	Computador Desktop - Região Nordeste	182	5.457,47	993.259,54	1.197	5.457,47	6.532.591,59	1501
3	Computador Desktop - Região Centro-Oeste	103	5.457,47	562.119,41	525	5.457,47	2.865.171,75	688
4	Computador Desktop - Região Sudeste	152	5.457,47	829.535,44	695	5.457,47	3.792.941,65	994
5	Computador Desktop - Região Sul	118	5.457,47	643.981,46	496	5.457,47	2.706.905,12	696
6	Impressora Multifuncional - Região Norte	88	1.169,55	102.920,40	157	1.169,55	183.619,35	245
7	Impressora Multifuncional - Região Nordeste	426	1.169,55	498.228,30	321	1.169,55	375.425,55	742
8	Impressora Multifuncional - Região Centro-Oeste	105	1.169,55	122.802,75	138	1.169,55	161.397,90	242
9	Impressora Multifuncional - Região Sudeste	315	1.169,55	368.408,25	144	1.169,55	168.415,20	458
10	Impressora Multifuncional - Região Sul	169	1.169,55	197.653,95	122	1.169,55	142.685,10	291
11	Webcam - Região Norte	81	132,96	10.769,76	366	132,96	48.663,36	447
12	Webcam - Região Nordeste	146	132,96	19.412,16	671	132,96	89.216,16	817
13	Webcam - Região Centro-Oeste	99	132,96	13.163,04	360	132,96	47.865,60	459
14	Webcam - Região Sudeste	168	132,96	22.337,28	355	132,96	47.200,80	523
15	Webcam - Região Sul	96	132,96	12.764,16	308	132,96	40.951,68	404
VALOR TOTAL		4.888.528,20			20.270.148,95			

20. VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1. A vigência do contrato que vier a ser formalizado será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. Tipo da Licitação

21.1.1. A Licitação será executada na modalidade Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço por item.

21.2. Habilitação Técnica

21.2.1. A habilitação técnica será feita por intermédio de atestados ou declarações de capacidade técnica.

21.2.2. O atestado de capacidade técnica deverá ser fornecido em nome do licitante, e ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a comprovação de que a empresa tenha fornecido objeto compatível em quantidade e especificidade com o objeto licitado.

21.2.3. Será exigido, para a comprovação de execução de objeto equivalente ao deste Termo de Referência, que a licitante vencedora apresente documento que ateste o fornecimento de no mínimo 30% (trinta por cento) dos quantitativos previstos para o respectivo item, ou soma dos itens, caso a licitante obtenha menor preço em mais de um item.

21.2.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

21.2.5. O atestado deverá ser obrigatoriamente emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo ainda ser emitido em papel timbrado e conter:

- Razão Social, CNPJ e Endereço Completo da Empresa Emitente;
- Razão Social da Contratada;
- Número e vigência do contrato, se for o caso;
- Objeto do contrato;
- Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento de cronogramas pactuados;
- Local e Data de Emissão;

- g) Identificação do responsável pela emissão do atestado, Cargo, Contato (telefone e correio eletrônico);
- h) Assinatura do responsável pela emissão do atestado;
- i) Devem ser originais ou autenticados, se cópias, e legíveis.

21.2.6. No caso de apresentação de atestado de empresas privadas, não serão considerados aqueles apresentados por empresas participantes do mesmo grupo empresarial da contratada. Serão consideradas como de mesmo grupo, empresas controladas pela contratada, ou que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da contratada.

21.3. Proposta de Preços

21.3.1. A licitante deverá apresentar sua proposta a indicação detalhada do equipamento ofertado citando a marca, modelo, tipo e fabricante;

21.3.2. Não serão aceitas descrições genéricas, onde não estiverem indicados os itens/subitens atendidos. Por exemplo: Se for usado um manual do equipamento, deverá ser indicada a página e parágrafo onde a informação de cada item/subitem está comprovada;

21.3.3. Não serão aceitas descrições que não sejam acompanhadas individualmente por item/subitem de documento comprobatório como os pedidos acima;

21.3.4. Todos os padrões, especificações, certificações ou definições utilizadas neste documento deverão ser considerados como o mínimo necessário, podendo ser atendidos por versões mais atuais, desde que contenham todos os recursos e requisitos das versões aqui citadas.

21.3.5. Não será aceita cópia de trecho(s) do presente Termo de Referência como descritivo ou em qualquer documentação comprobatória apresentada.

21.3.6. Não será aceita citação ao presente Edital ou Termo de Referência como descritivo ou em qualquer documentação comprobatória apresentada

21.3.7. A licitante deverá ainda entregar, juntamente com a proposta, os catálogos de cada um dos equipamentos ofertados (onde conste o atendimento às especificações técnicas), assim como a indicação do endereço no site oficial do fabricante, de modo que possam ser evidenciadas as especificações técnicas exigidas no edital e informadas na proposta de preços;

21.3.8. Caso os catálogos possuam tamanho que impossibilite a inclusão no Comprasnet ou o envio por mensagem de correio eletrônico ao pregoeiro, poderá ser aceita apenas a informação do link do site oficial do fabricante, desde que a licitante informe o link que direcione exatamente para os catálogos, ou informe claramente onde encontrá-los.

21.3.9. Deverá ser apresentada, juntamente com a proposta, uma **tabela de comprovação técnica do tipo ponto a ponto**, conforme modelo constante do ANEXO II, a qual será parte obrigatória da proposta comercial. Deverá ser entregue uma tabela para cada item para o qual tenha se classificado a licitante.

21.3.10. A Licitante deverá apresentar tabela preenchida, composta de todos os itens contidos no edital, incluindo apresentação de documentação com indicação da página, onde deve se encontrar grifadas as comprovações de cada uma das funcionalidades e características exigidas;

21.3.11. A Tabela de Comprovação Técnica deve conter, ainda, nome do documento comprobatório emitido pelo Fabricante;

21.3.12. Serão considerados documentos oficiais para comprovação técnica: catálogos, folders, prospectos e manuais, não sendo aceitas cartas, declarações, ou qualquer outro documento além destes relacionados.

21.3.13. Todos os documentos devem estar completos e legíveis;

21.3.14. Apresentar catálogo(s), folheto(s) ou manual(is) preferencialmente em português, com especificações técnicas detalhadas dos equipamentos ofertados, para comprovação de características técnicas obrigatórias, informando, inclusive, a procedência dos equipamentos, evitando-se jargões de uso duvidoso ou ainda não consagrados na terminologia de informática;

21.3.15. Havendo divergência entre as características técnicas descritas na proposta da licitante e as disponibilizadas pelo fabricante (como informes técnicos, manual técnico, que acompanha o material, folders ou prospectos técnicos), prevalecerão os informes do fabricante, salvo os casos específicos em que o licitante esclareça os motivos da divergência e que sejam aceitos pelo Ministério;

21.3.16. Os documentos técnicos fornecidos que não apresentarem numeração de página deverão ser numerados manualmente de forma visível pela licitante, no canto inferior direito;

21.3.17. Além da indicação da página da documentação fornecida onde se encontra a comprovação de cada funcionalidade ou característica técnica exigida para cada item, a correspondente comprovação deverá ser necessariamente grifada.

21.3.18. A licitante deverá Informar os meios de comunicação (e-mail, número de telefone 0800, serviço de abertura de chamado via web) para abertura de chamados;

21.3.19. Deverá informar o site do fabricante do equipamento na Internet, onde se possam efetuar consultas;

21.3.20. A proposta deverá ser apresentada com os valores unitários e totais, conforme planilha constante do modelo de proposta.

21.3.21. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, mão-de-obra, salários dos profissionais, benefícios trabalhistas (auxílio transporte, auxílio alimentação, plano de saúde, etc.), impostos, encargos sociais, e demais custos que venham influenciar no valor do objeto a ser fornecido.

21.3.22. Ainda, juntamente com sua proposta, a Licitante deverá entregar, preenchido e assinado pelo responsável legal, o **Termo de Integridade**, conforme modelo Anexo VIII.

22. CONSÓRCIO

22.1. A possibilidade de participação ou não em licitações de empresas em consórcio fica ao juízo discricionário da Administração, conforme amplamente discutido na Jurisprudência, como, por exemplo, os Acórdãos nº 1.165/2012-Plenário, 1.946/2006-Plenário, 22/2003-Plenário, abaixo transcritos.

Assim, como é de amplo conhecimento daqueles que lidam com licitações, a jurisprudência desta Corte aponta para o caráter discricionário no que concerne à decisão acerca da participação de consórcios nos diversos eventos licitatórios, a teor do art. 33 da Lei de Licitações. Acórdão 1165/2012-Plenário.

Acórdão TCU nº 1.946/2006 – Plenário: a permissão da participação de consórcio é uma escolha discricionária do administrador, a ser analisada em cada caso concreto, dependendo do requisito de alta complexidade ou relevante vulto da obra, o qual não se acha presente na licitação do TST.

Acórdão nº 22/2003 – Plenário: No mesmo sentido é a regra insculpida no art. 33 da Lei nº 8.666/93, que estipula as normas a serem seguidas pela Administração nas hipóteses em que for permitida a participação de consórcios na licitação. Trata-se de escolha discricionária da Administração, a ser verificada caso a caso. Muitas vezes, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação.

22.2. No caso, portanto, deste certame, não será permitida a participação de consórcios nem a subcontratação, por não se tratar de objeto de grande vulto nem de execução de alta complexidade e por considerar-se que, dessa forma, será ampliado o caráter competitivo.

23. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes anexos:

23.1.1. ANEXO I - Modelo de Proposta de Preços.

23.1.2. ANEXO II - Modelo de Tabela de Comprovação Técnica (ponto a ponto).

23.1.3. ANEXO III - Modelo de Ordem de Fornecimento.

23.1.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de Recebimento.

23.1.5. ANEXO V - Modelo de Termo de Compromisso de Utilização do Sistema Integrado de Gestão – SIGSDH.

23.1.6. ANEXO VI - Modelo de Termo de Entrega.

23.1.7. ANEXO VII - Modelo de Termo de Compromisso de Sigilo e Segurança da Informação.

24. **EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E APROVAÇÃO**

24.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi designada pela Portaria Nº 176, de 7 de outubro de 2019 (SEI 0942593).

24.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
INTEGRANTES REQUISITANTES	(Assinado eletronicamente) Cristiano de Araújo Silva Mat. 1686057
	(Assinado eletronicamente) Kelly Cristine Santos de Andrade Mat. 3000919
	(Assinado eletronicamente) Denise Chaves Lopes Feres Mat. 1705758
	(Assinado eletronicamente) Jussara do Nascimento Figueiredo Mat. 3117168
	(Assinado eletronicamente) Luís Otávio Pires Farias Mat. 1510674
INTEGRANTES ADMINISTRATIVOS	(Assinado eletronicamente) Andréa da Silva Mat. 3020191
	(Assinado eletronicamente) Maria Aparecida Fabri Pessanha Mat. 93962
INTEGRANTE TÉCNICO	(Assinado eletronicamente) Helder Mota Gomes Mat. 1584672

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC
(Assinado eletronicamente) HELDER MOTA GOMES Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação

AUTORIDADE COMPETENTE
APROVO o presente Termo de Referência, mediante competência contida no inciso I do art. 1º da Portaria nº 132, de 8 de fevereiro de 2019, conforme dispõe o inciso II do art. 9º do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005.
(Assinado eletronicamente) PAULO ROBERTO DE MENDONÇA E PAULA Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS				
AO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS				
PREGÃO SRP Nº ____/2019				
Proposta que faz a empresa _____, CNPJ _____, para a o fornecimento dos seguintes itens ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº ____/2019.				
Item	Descrição	Quant.	Val. Unit.	Val. Total
1	Computador Desktop - Região Norte	652		
2	Computador Desktop - Região Nordeste	1379		
3	Computador Desktop - Região Centro-Oeste	628		
4	Computador Desktop - Região Sudeste	847		
5	Computador Desktop - Região Sul	614		
6	Impressora Multifuncional - Região Norte	245		
7	Impressora Multifuncional - Região Nordeste	747		
8	Impressora Multifuncional - Região Centro-Oeste	243		
9	Impressora Multifuncional - Região Sudeste	459		
10	Impressora Multifuncional - Região Sul	291		
11	Webcam - Região Norte	447		
12	Webcam - Região Nordeste	817		
13	Webcam - Região Centro-Oeste	459		
14	Webcam - Região Sudeste	523		
15	Webcam - Região Sul	404		
VALOR TOTAL				
<p>Declaro que no preço cotado estão incluídas todas as despesas que incidem direta e indiretamente sobre o objeto a ser fornecido, tais como impostos, taxas, tributos, insumos, mão-de-obra, Garantia e Suporte Técnico pelo período determinado no Termo de Referência, a contar da data de recebimento definitivo da solução, e outras.</p> <p>Dados da empresa: Razão Social: CNPJ (MF) nº: Inscrição Estadual nº: Endereço: Fone/Fax: Cidade: Estado: CEP:</p> <p>A presente proposta tem validade de 90 (noventa) dias.</p> <p>Local e data:</p> <p style="text-align: center; margin-top: 20px;">_____ Assinatura e carimbo do Representante Legal da Empresa</p> <p>Observação: Emitir em papel que identifique a licitante</p>				

ANEXO II- MODELO DE TABELA DE COMPROVAÇÃO TÉCNICA (PONTO A PONTO) (conforme item 20.3.9)

TABELA DE COMPROVAÇÃO TÉCNICA (PONTO A PONTO)

Item	Descrição da característica/ funcionalidade Exigida	Documento do Fabricante (nome)	Página(s)	Atende ao Requisito (Sim/Não)

ATENÇÃO: Entregar a tabela em formato xls, csv ou, se PDF, deve ser "pesquisável".

ANEXO III - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

IDENTIFICAÇÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO				
Nº DA OF	DATA DE EMISSÃO	Nº DO CONTRATO	DATA DO CONTRATO	
Nome da Empresa:				
CNPJ:		Inscrição Estadual:		
Endereço:				
Cidade:			UF:	
CEP:		Telefone:		E-mail
Descrição: <input type="checkbox"/> Computador Desktop <input type="checkbox"/> Impressora Multifuncional <input type="checkbox"/> Webcam				
Localidade/Endereço	Qtd	Data	Valor	Responsável pelo recebimento
A análise do fornecimento dos produtos permite concluir pelo encerramento da Ordem de Fornecimento, com as seguintes observações: Relatório de glosas: <div style="text-align: right;">CIDADE, _____ de _____ de 20____</div>				
Gestor / carimbo			Empresa / carimbo	
A análise do fornecimento dos produtos permite concluir pelo encerramento da Ordem de Fornecimento, com as seguintes observações: <div style="text-align: right;">CIDADE, _____ de _____ de 20____</div>				
Gestor / carimbo			Empresa / carimbo	

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO	
Nome legível:	
Cargo/Função:	
RG/UF:	
CPF:	

TEL.: (DDD) _____
Declaro que recebi da empresa _____, através da transportadora _____, os equipamentos constantes da Nota Fiscal nº _____. <div style="text-align: right;">Município/UF, ____ de _____ de 20____.</div> <div style="text-align: center;">Assinatura da pessoa responsável pelo recebimento dos bens</div>

ATENÇÃO: Favor preencher os campos de forma legível

ANEXO V - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO – SIGSDH

TERMO DE COMPROMISSO - SIGSDH
PREGÃO SRP Nº. XXX/2019 CONTRATO Nº. XXX/20____ A empresa _____, CNPJ _____, contratada para fornecimento do objeto do Pregão em epígrafe, compromete-se a utilizar o Sistema de Gestão da Política de Direitos Humanos – SIGSDH para as seguintes ações: 1 - Inserção de dados dos números de série, etiquetas e Notas Fiscais dos bens a serem entregues; 2 - Inserção de cópia dos TERMOS DE ENTREGA e NOTAS FISCAIS dos bens entregues. <div style="text-align: right;">Município/UF, ____ de _____ de 20____.</div> <div style="text-align: center;">REPRESENTANTE LEGAL CPF: XXXXX</div>

ANEXO VI - MODELO DE TERMO DE ENTREGA

TERMO DE ENTREGA
1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA PREFEITURA/ÓRGÃO
Razão Social / CNPJ: _____
Município/UF: _____
Endereço: _____
2 - DADOS DO(A) REPRESENTANTE LEGAL DA PREFEITURA/ÓRGÃO
Nome/CPF: _____
Telefone: _____
3 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS BENS ENTREGUES
Nº NOTA FISCAL: _____
Quantidade de Computador Desktop: _____
Relação de números de série de Computadores: _____
Quantidade de Impressora Multifuncional: _____
Relação de números de série de Impressora: _____

Quantidade de Webcam:	
Relação de números de série de Webcam:	

ANEXO VII - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Este TERMO DE COMPROMISSO ("TERMO") é celebrado entre:

A. CONTRATANTE Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, Endereço: SCS Quadra 9, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º Andar, Asa Sul, CEP 70308-200, Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF 27.136.980/0008-87, neste ato representado pelo Gestor do Contrato xx/xxxx, e

B. CONTRATADA xxxxxxxx, Endereço xxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF xxxxxx, personificação xxxxxx, neste ato representada por seus respectivos procuradores abaixo assinados, na forma de seus respectivos Contratos Sociais. O MMFDH e a CONTRATADA podem ser referidas individualmente como PARTE e coletivamente como PARTES, onde o contexto assim o exigir.

CONSIDERANDO QUE as PARTES estabeleceram ou estão considerando estabelecer uma relação de negócio que inclui o XX:

CONSIDERANDO QUE as PARTES podem divulgar entre si INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, conforme definido abaixo neste instrumento, sobre aspectos de seus respectivos negócios, e em consideração da divulgação destas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS; CONSIDERANDO QUE as PARTES desejam ajustar as condições de revelação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, bem como definir as regras relativas ao seu uso e proteção:

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, o qual se regerá pelas considerações acima, bem como pelas cláusulas e condições a seguir:

1. Para a finalidade deste termo, “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS” significarão todas e quaisquer informações divulgadas por uma PARTE (de acordo com este instrumento, a “Parte Divulgadora”) à outra PARTE (de acordo com este instrumento, a “Parte Receptora”), em forma escrita ou verbal, tangível ou intangível, patenteada ou não, de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, a qual esteja claramente marcada como CONFIDENCIAL, incluindo, entre outras, mas não se limitando a, segredos comerciais, know-how, patentes, pesquisas, planos de negócio, informações de marketing, informações de usuários, situação financeira, métodos de contabilidade, técnicas e experiências acumuladas, e qualquer outra informação técnica, comercial e/ou financeira, seja expressa em notas, cartas, fax, memorandos, acordos, termos, análises, relatórios, atas, documentos, manuais, compilações, código de software, e-mail, estudos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, modelos, amostras, fluxogramas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, pareceres e pesquisas, ou divulgadas verbalmente e identificadas como confidenciais por ocasião da divulgação.

2. Não serão incluídas nas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS quaisquer informações que: (i) sejam geralmente conhecidas, ou subsequentemente se tornem disponíveis ao comércio ou ao público; (ii) estejam na posse legal da Parte Recebedora antes da divulgação pela Parte Divulgadora; ou (iii) sejam legalmente recebidas pela Parte Recebedora de um terceiro, desde que essas informações não tenham chegado ao conhecimento da Parte Recebedora através do referido terceiro, direta ou indiretamente, a partir da Parte Divulgadora numa base confidencial.

3. Quando a divulgação de INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS for necessária para estrito atendimento de ordem judicial ou agência governamental, o mesmo se procederá da seguinte maneira: (i) a Parte Receptora fica obrigada a comunicar o teor da determinação judicial à Parte Divulgadora no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da ordem, no caso de se tratar de determinação para cumprimento em prazo máximo de 5 (cinco) dias; ou no prazo de uma hora a contar do recebimento, no caso de se tratar de ordem judicial para cumprimento no prazo máxima de até 48 (quarenta e oito) horas; e (ii) fica a Parte Receptora obrigada também a enviar à Parte Divulgadora cópia da resposta dada à determinação judicial ou administrativa concomitantemente ao atendimento da mesma. A Parte Receptora cooperará com a Parte Divulgadora para possibilitar que a Parte Divulgadora procure uma liminar ou outra medida de proteção para impedir ou limitar a divulgação dessas Informações Confidenciais.

4. A Parte Receptora não divulgará nenhuma INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL da Parte Divulgadora a nenhum terceiro, exceto para a finalidade do cumprimento deste Termo e com o consentimento prévio por escrito da Parte Divulgadora. Além disso:

A. A Parte Recebedora, (i) não usará as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS para interferir, direta ou indiretamente, com nenhum negócio real ou potencial da Parte Divulgadora, e (ii) não usará as Informações Confidenciais para nenhuma finalidade, exceto avaliar uma possível relação estratégica entre as Partes.

B. As Partes deverão proteger as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que lhe forem divulgadas, usando o mesmo grau de cuidado utilizado para proteger suas próprias INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.

C. A Parte Receptora não revelará, divulgará, transferirá, cederá, licenciará ou concederá acesso a essas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, direta ou indiretamente, a nenhum terceiro, sem o prévio consentimento por escrito da Parte Divulgadora, estando este terceiro, condicionado à assinatura de um Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo prevendo as mesmas condições e obrigações estipuladas neste Termo.

D. A Parte Receptora informará imediatamente à Parte Divulgadora de qualquer divulgação ou uso não autorizado das Informações Confidenciais da Parte Divulgadora por qualquer pessoa, e tomará todas as medidas necessárias e apropriadas para aplicar o cumprimento das obrigações com a não divulgação e uso limitado das obrigações das empreiteiras e agentes da Parte Receptora.

E. A Parte Receptora deverá manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, devendo comunicar à Parte Divulgadora, imediatamente, a

ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.

F. A Parte Recebedora obrigará seu pessoal que possa ter acesso às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que cumpram tais obrigações de sigilo, assinando o TERMO DE CIÊNCIA.

5. As Partes se comprometem e se obrigam a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação confidencial da outra Parte, bem como para evitar e prevenir revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela Parte Divulgadora. De qualquer forma, a revelação é permitida para empresas coligadas, assim consideradas as empresas que direta ou indiretamente controlem ou sejam controladas pela Parte neste Termo. Além disso, cada Parte terá direito de revelar a informação a seus funcionários que precisem conhecê-la, para os fins deste Termo; tais funcionários deverão estar devidamente avisados acerca da natureza confidencial de tal informação, e estarão vinculados aos termos e condições do presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo independentemente de terem sido avisados do caráter confidencial da informação, ficando a Parte Recebedora responsável perante a Parte Divulgadora por eventual descumprimento do Termo.

6. O intercâmbio de informações nos termos deste instrumento não será interpretado de maneira a constituir uma obrigação de uma das Partes para celebrar qualquer Termo ou acordo de negócio, nem obrigarão a comprar quaisquer produtos ou serviços da outra ou oferecer para a venda quaisquer produtos ou serviços usando ou incorporando as Informações Confidenciais.

7. Cada Parte reconhece que em nenhuma hipótese este Termo será interpretado como forma de transferência de propriedade ou qualquer tipo de direito subsistido nas Informações Confidenciais da parte Divulgadora para a parte Recebedora, exceto o direito limitado para utilizar as Informações Confidenciais conforme estipulado neste Termo.

8. Este TERMO entrará em vigor por ocasião da assinatura pelas Partes. Os compromissos deste instrumento também serão obrigatórios às coligadas, subsidiárias ou sucessoras das Partes e continuará a ser obrigatório a elas até a ocasião em que a substância das Informações Confidenciais tenha caído no domínio público sem nenhum descumprimento ou negligência por parte da Parte Recebedora, ou até que a permissão para liberar essas Informações seja especificamente concedida por escrito pela Parte Divulgadora.

9. A omissão ou atraso em aplicar qualquer disposição deste Termo não constituirá uma renúncia de qualquer aplicação futura dessa disposição ou de quaisquer de seus termos. Se qualquer disposição deste Termo, ou sua aplicação, por qualquer razão e em qualquer medida for considerada inválida ou inexecutável, o restante deste Termo e a aplicação de tal disposição a outras pessoas e/ou circunstâncias serão interpretados da melhor maneira possível para atingir a intenção das Partes signatárias.

10. As PARTES concordam que a violação do presente Termo, pelo uso de qualquer Informação Confidencial pertencente à Parte Divulgadora, sem sua devida autorização, causar-lhe-á danos e prejuízos irreparáveis, para os quais não existe remédio na lei. Desta forma, a Parte Divulgadora poderá, imediatamente, tomar todas as medidas extrajudiciais e judiciais, inclusive de caráter cautelar, como antecipação de tutela jurisdicional, que julgar cabíveis à defesa de seus direitos.

11. A Parte Recebedora deverá devolver, íntegros e integralmente, todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pela Parte Reveladora para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

12. A Parte Recebedora deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais da Parte Divulgadora, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

13. A inobservância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste Termo sujeitará a Parte infratora, como também o agente causador ou facilitador, por ação ou omissão ou qualquer daqueles relacionados neste TERMO, ao pagamento, recomposição, de todas as perdas e danos, comprovadamente suportados ou demonstrados pela outra Parte, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo.

14. As obrigações de confidencialidade decorrentes do presente Termo, tanto quanto as responsabilidades e obrigações outras derivadas do presente Termo, vigorarão durante o período de 5 (cinco) anos após a divulgação de cada Informação Confidencial à Parte Recebedora.

15. O não exercício por qualquer uma das Partes de direitos assegurados neste instrumento não importará em renúncia aos mesmos, sendo tal ato considerado como mera tolerância para todos os efeitos de direito.

16. Alterações do número, natureza e quantidade das Informações Confidenciais disponibilizadas para a Parte Recebedora não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso ou as obrigações pactuadas neste Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, que permanecerá válido e com todos os efeitos legais em qualquer das situações especificadas neste Termo.

17. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer das Informações Confidenciais disponibilizadas para a Parte Recebedora, em razão do presente objeto, serão incorporadas a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, não sendo necessário, nessas hipóteses, assinatura ou formalização de Termo Aditivo.

18. Este instrumento não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas Afiliadas, nem em obrigação de divulgar informações confidenciais para a outra Parte.

19. O fornecimento de INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS pela Parte Divulgadora ou por uma de suas Afiliadas não implica em renúncia, cessão a qualquer título, autorização de uso, alienação ou transferência de nenhum direito, já obtido ou potencial, associado a tais informações, que permanecem como propriedade da Parte Divulgadora ou de suas Afiliadas, para os fins que lhe aprouver.

20. Nenhum direito, licença, direito de exploração de marcas, invenções, direitos autorais, patentes ou direito de propriedade intelectual estão aqui implícitos, incluídos ou concedidos por meio do presente Termo, ou ainda, pela

transmissão de Informações Confidenciais entre as Partes.

21. A CONTRATADA declara conhecer todas as Normas, Políticas e Procedimentos de Segurança estabelecidos pela Contratante para execução do CONTRATO, tanto nas dependências da Contratante como externamente.

22. A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente e solidariamente, pelos atos de seus empregados praticados nas dependências da Contratante, ou mesmo fora dele, que venham a causar danos ou colocar em risco o patrimônio da CONTRATANTE.

23. Este TERMO contém o acordo integral de confidencialidade entre as PARTES com relação ao seu objeto. Quaisquer outros acordos, declarações, garantias anteriores ou contemporâneos com relação à proteção das Informações Confidenciais, verbais ou por escrito, serão substituídos por este Termo. Este Termo será aditado somente firmado pelos representantes autorizados de ambas as Partes.

24. Quaisquer controvérsias em decorrência deste Termo serão solucionadas de modo amistoso através do representante legal das PARTES, baseando-se nas leis da República Federativa do Brasil. E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, ____ de _____ de 20__.

DE ACORDO

CONTRATANTE	CONTRATADA
Nome Cargo SIAPE	Nome CPF
Testemunha 1	Testemunha 2
Nome CPF	Nome CPF

ANEXO VIII - MODELO DE TERMO DE INTEGRIDADE

TERMO DE INTEGRIDADE
<p>Termo de Integridade e Ética:</p> <p>Eu, _____, representante legal da empresa _____, regularmente inscrita no CNPJ sob o n. _____, declaro, para os devidos fins, que a empresa/organização ora qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção.</p> <p>Outrossim, declaro que a empresa emvida os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação e se determina de acordo com as melhores práticas do mercado.</p> <p>Reconheço que o que subscrevo é verdade, sob as penas da lei.</p> <p>LOCAL, DATA.</p> <p>Assinatura</p> <p>Cargo</p> <p>CPF</p>



Documento assinado eletronicamente por **Helder Mota Gomes, Coordenador(a) Geral de Tecnologia da Informação**, em 28/11/2019, às 00:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea da Silva, Coordenador(a) Geral do Sistema de Informações e Acompanhamento de Projetos**, em 28/11/2019, às 09:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Sandra Terena, Secretário(a) Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**, em 28/11/2019, às 10:02, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Magno Fernandes Moreira, Secretário(a) Adjunto da Secretaria Nacional Proteção Global**, em 28/11/2019, às 10:09, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício José Silva Cunha, Secretário(a) Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 28/11/2019, às 10:09, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Fernandes Toninho Costa, Secretário(a) Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa**, em 28/11/2019, às 10:12, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira, Secretário(a) Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, em 28/11/2019, às 10:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Denise Chaves Lopes Feres, Coordenador(a)**, em 28/11/2019, às 10:25, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Otavio Pires Farias, Coordenador(a)-Geral, Substituto(a)**, em 28/11/2019, às 10:34, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto de Mendonça e Paula, Subsecretário(a) de Planejamento, Orçamento e Administração**, em 28/11/2019, às 10:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano de Araujo Silva, Assessor(a)**, em 28/11/2019, às 11:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jussara do Nascimento Figueiredo, Coordenador(a)**, em 28/11/2019, às 12:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1001232** e o código CRC **6E826FB2**.